



Brasil agroecológico

Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo



2016-2019

Presidenta da República Federativa do Brasil
Dilma Rousseff

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República
Ricardo José Ribeiro Berzoini

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Patrus Ananias de Sousa

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Kátia Regina de Abreu

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Helena Gabrielli Barreto Campelo


Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministro de Estado da Saúde
Marcelo Costa e Castro

Ministro de Estado da Educação
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Celso Pansera

Ministro de Estado da Fazenda
Nelson Barbosa



CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA
E PRODUÇÃO ORGÂNICA (CIAPO)



Brasil agroecológico

Plano Nacional de Agroecologia
e Produção Orgânica - Planapo



2016–2019

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Brasília, DF
2016

**CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA
E PRODUÇÃO ORGÂNICA (CIAPO)**

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Onaur Ruano
Cássio Murilo Moreira Trovatto

Secretaria de Governo da Presidência da República (SG/PR)
Érika Galvani Borges
Rogério Augusto Neuwald

Ministério da Fazenda (MF)
Othon Antônio de Sá
Allaisio Lopes Pereira de Melo

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)
Rogério Pereira Dias
Jorge Ricardo de Almeida Gonçalves

Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Carlos Mário Guedes de Guedes
Allan Kardec Moreira Milhomens

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Lilian dos Santos Rahal
Elisângela Sanches

Ministério da Educação (MEC)
Fernanda Teixeira Frade Almeida
Mariângela de Araújo Povoas

Ministério da Saúde (MS)
Gilberto Alfredo Pucca Júnior
Michelle Lessa de Oliveira

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Alfredo da Costa Pereira
Maguida Fabiana da Silva

Convidados Permanentes da CIAPO

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
Waldyr Stumpf Junior
Fernando do Amaral Pereira

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)
Daniela Macedo Jorge
Carlos Augusto Vaz de Sousa

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
César Fernando Schiavon Aldrighi
José Ubiratan Rezende Santana

Fundo Nacional de Alimentação Escolar (FNDE)
Sara Regina Souto Lopes
Eliene Ferreira de Sousa

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)
João Marcelo Intini
Maria do Socorro Soares

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)
- Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos
João Élcio Santos

Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
Juan Felipe Negret Scali
José Augusto Pereira

Secretaria-Executiva da CIAPO

Juliana Koehler
Suíá Kafure da Rocha

Consultor
Jean Pierre Medaets

Colaboradores especiais

Marenilson Batista da Silva (MDA)
Daniella de Vicente Prado (MDS)
Débora Mabel Nogueira Guimarães (INCRA)
Edson Guiducci Filho (Embrapa)
Ynaiá Masse Bueno (Embrapa)
Iara Campos Ervilha (MS)
Michela Katiúscia Calaça Alves dos Santos (DPMRQ/MDA)
Roseli Bueno de Andrade (MMA)
Sandra Regina Afonso (SFB/MMA)

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Brasil agroecológico : Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo: 216-2019 / Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. - Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.
89 p. : il. ; 21 cm x 29,7 cm.

1. Desenvolvimento sustentável - área rural - Brasil. 2. Agroecologia. 3. Produção orgânica. 4. Políticas públicas. 5. Política Nacional de Agroecologia. I. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário.

CDD 630.81

© MDA 2016

**COMISSÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA
E PRODUÇÃO ORGÂNICA (CNAPO)**

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS
(titular e suplente)

Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR)
Rogério Augusto Neuwald
Érika Galvani Borges

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
Rogério Pereira Dias
José Ricardo de Almeida Gonçalves

Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)
João Marcelo Intini
Maria do Socorro Soares de Oliveira

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
Carlos Alberto Barbosa Medeiros
José Antônio Azevedo Espíndola

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Onaur Ruano
Cássio Murilo Moreira Trovatto

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
César Fernando Schiavon Aldrighi
Antônio Wilson Vieira Bonfin

Ministério da Saúde (MS)
Gilberto Alfredo Pucca Júnior
Michelle Lessa de Oliveira

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
Daniela Macêdo Jorge
Carlos Augusto Vaz de Souza

Ministério da Educação (MEC)
Fernanda Teixeira Frade Almeida
Nilton Nélio Cometti

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Sara Regina Souto Lopes
Eliene Ferreira de Sousa

Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI)
Alfredo da Costa Pereira Júnior
Maguida Fabiana da Silva

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Aroldo Anacleto de Campos
Daniella Dé Vicente Prado

Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Carlos Mário Guedes de Guedes
Juliana Ferreira Simões

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Titulares

Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na
Agricultura Familiar (FETRAF Brasil)
Celso Ricardo Ludwig

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
Eugênio Alvarenga Ferrari

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Francisco Dal Chiavon

Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)
Paulo Petersen

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
Sarah Luiza de Souza Moreira

Rede Ecológica de Agroecologia
Laércio Ramos Meirelles

Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)
Alexandre Henrique Bezerra Pires

Câmara Temática de Agricultura orgânica (CTAO)
Romeu Mattos Leite

Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg)
Elson Borges dos Santos

Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC)
Carmen da Rosa Kilian Munarini

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Leomárcio Araújo da Silva

Rede Cerrado
Álvaro Alves Carrara

Associação Brasileira das Entidades Estaduais
de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER)
Gervásio Paulus

Associação Brasileira de Agricultura Familiar Orgânica,
Agroecológica e Agroextrativista (Abrabio)
Ernesto Carlos Kasper

Suplentes

Rede de Ater das ONGs da região Nordeste
Cinara Del'arco Sanches

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
Denis Monteiro

Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA)
Gabriel Bianconi Fernandes

Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)
Irene Maria Cardoso

União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar
e Economia Solidária (Unicafes)
Generosa de Oliveira Silva

Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e
Organizações de Controle Social (FBSPG)
Tatiana Muniz de Siqueira

Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)
Maria Verônica de Santana

Câmara Temática de Agricultura Orgânica (CTAO)
Rachel Vaz Soraggi

Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg)
Sandra Procópio

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
Francisca da Silva Nascimento

Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
Joaquim Correa de Souza Belo

Rede Cerrado
Paulo Rogério Gonçalves

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
José Altomiro da Silva

Associação Brasileira de Orgânicos (Brasilbio)
Joaquim Ferreira Silva Filho

Secretaria-Executiva da CNAPO
Luisa Cristina Medeiros de Saboia e Souza
Thais Ponciano Bittencourt
William Silva



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
DIAGNÓSTICO	13
DIRETRIZES E IMPLICAÇÕES DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	35
EIXOS, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS, METAS E INICIATIVAS	39
GESTÃO DO PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (2016-2019)	79
ANEXOS	81



APRESENTAÇÃO

As atividades relacionadas à produção agrícola estão entre as que mais têm gerado impactos sobre o meio ambiente. A produção intensiva é grande consumidora de energia, além de fonte de contaminação da água, ar e solo, por meio, especialmente, de resíduos de pesticidas e de fertilizantes. A expansão das fronteiras agrícolas aumenta as taxas de desmatamento, agrava os processos de degradação do solo e põe em risco a biodiversidade.

A sociedade brasileira tem manifestado preocupação crescente com os impactos ambientais da agricultura convencional e seus efeitos sobre a segurança alimentar, como indica a forte atuação, em diversas frentes, de movimentos, organizações não governamentais, universidades e cidadãos(ãs), imbuídos do propósito de fazer com que a produção agrícola alcance patamares adequados de sustentabilidade.

A agroecologia desponta, neste cenário, como uma alternativa viável para a construção de um novo paradigma para a agricultura, que promova a ampliação das condições de acesso a alimentos saudáveis, a partir de sistemas de produção agrícola ecologicamente equilibrados, e que contribua para o fortalecimento de bases estruturais socialmente justas e inclusivas para o campo.

Entidades governamentais e sociedade civil tem se engajado em um debate dirigido a ampliar o suporte à agroecologia e à produção orgânica. Um marco importante foi a sanção da Lei nº 10.831, de dezembro de 2003, que dispõe sobre os sistemas orgânicos de produção e resultou de amplo processo de discussão em torno do tema. Posteriormente, foi editado o Decreto nº 7.794, de agosto de 2012, que define as bases institucionais da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Pnapo, estabelecendo as diretrizes da política, os instrumentos de implementação e as instâncias de gestão.

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo para o período de 2013 a 2015 representou um grande avanço, do ponto de vista do ordenamento de ações nesta seara. O plano promoveu a articulação entre agentes públicos e privados envolvidos, ampliou as iniciativas de gestores governamentais na área e contribuiu para a incorporação do tema em processos de planejamento e implementação de políticas públicas, tanto em nível federal, quanto subnacional.

Além disso, por meio da atuação das instâncias de gestão da Pnapo – a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo) – foi possível avançar no acompanhamento da execução de ações governamentais relativas à agenda, em um processo, ainda em curso, de criação e aperfeiçoamento de canais de diálogo entre sociedade e gestores, e destes entre si, e de estruturação de instrumentos de gestão desta política pública de caráter intersetorial tão marcado.

Tendo por base as lições aprendidas no curso da implementação do primeiro plano, governo e sociedade se envolvem em um novo ciclo de planejamento. O resultado desse esforço é o Planapo 2016-2019, que se torna disponível para o público por meio deste documento. Ele integra

as principais ações do governo federal em agroecologia e produção orgânica para o quadriênio, alicerçadas no Plano Plurianual (PPA) do mesmo período.

Com o Planapo 2016-2019, são assentadas as bases para a continuidade do processo de consolidação e aperfeiçoamento da política de agroecologia e produção orgânica, com a consciência de que há muito para se avançar, mas também com a convicção da importância da construção deste caminho para recolocar a produção agrícola em uma relação sustentável com o meio ambiente, que possa beneficiar amplamente os cidadãos e cidadãs do campo, das florestas, das águas e da cidade.

Onaur Ruano
Câmara Interministerial de Agroecologia
e Produção Orgânica (CIAPO)



INTRODUÇÃO

Em outubro de 2013, como resultado de amplo processo de construção participativa, a Presidente Dilma Rousseff lançou o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo, conforme previsto no Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Pnapo.

O Planapo 2013-2015 materializou o compromisso do governo federal com a agroecologia e a produção orgânica e se tornou o principal instrumento integrador das ações públicas de caráter nacional para o segmento. O primeiro ciclo de planejamento resultou em amplo conjunto de ações públicas, implementadas por dez ministérios, além de outras entidades do governo federal, com destinação de R\$ 2,9 bilhões.

Embora a existência de um plano nacional para a agroecologia e produção orgânica seja uma conquista recente, o Planapo 2013-2015 se destacou como uma experiência bem-sucedida de construção participativa em política pública, que promoveu avanços na criação, articulação e adequação de programas e ações, em nível nacional, no macrocampo da agroecologia, o que se refletiu sobre o planejamento de entes subnacionais, em diversos estados. Além disso, o Planapo contribuiu para a maior inserção do tema nos processos internos de órgãos públicos, operadores de crédito, instituições de ensino, pesquisa e extensão, nos diversos níveis federativos.

Durante a vigência do Plano, a Cnapo – instância de gestão do Plano integrada por quatorze representantes da sociedade civil e quatorze do governo - e a Ciapo – composta por representantes de órgãos e entidades públicas federais - tiveram atuação decisiva na promoção de articulação institucional e na convergência otimizada de recursos públicos em ações governamentais compartilhadas. Nesse sentido, sem desconsiderar as dificuldades do processo e os desafios a serem superados na integração de ações públicas em agroecologia, avançou-se, durante a vigência do Planapo 2013-2015, na incorporação das diretrizes da política no corpo das instituições responsáveis por ações do Plano e na criação de mecanismos de gestão que ampliaram a transparência e o intercâmbio de informações entre os envolvidos.

Além disso, um dos principais resultados do primeiro ciclo de execução do Planapo a ser destacado diz respeito ao fortalecimento de relações de confiança entre órgãos públicos, agricultores(as) e consumidores(as), em torno da real preocupação com questões de saúde no campo, com a oferta de alimentos saudáveis e com a necessidade de melhor integrar a produção agrícola à conservação ambiental.

Ressalte-se também que o elevado nível de execução das iniciativas que compuseram o Planapo 2013-2015, com aplicação considerável de recursos e superação de meta em muitos casos, indica o empenho dos órgãos do governo federal na implementação do Plano. Em relação às iniciativas realizadas e apenas a título ilustrativo, cabe destacar o apoio oferecido às redes de agroecologia por meio do Programa Ecoforte; a implantação de unidades de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos, em bases agroecológicas; a implementação de

planos de vigilância em saúde de populações expostas aos agrotóxicos; o apoio à conservação, multiplicação, disponibilização, distribuição e comercialização de mudas e sementes crioulas e varietais; a estruturação do Programa de Aquisição de Alimentos para alimentos orgânicos ou de base agroecológica; dentre diversas outras ações estruturantes em agroecologia realizadas.

Tendo por base esta experiência anterior, o segundo ciclo do Planapo, de 2016 a 2019, está estruturado sobre 194 iniciativas de órgãos federais, ancoradas no PPA e associadas a metas e objetivos específicos. No âmbito da CIAPO, o processo de planejamento do segundo ciclo iniciou-se com o mapeamento das áreas de inserção do tema agroecologia e produção orgânica no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, desde o começo de 2015. Com base nas propostas que estavam sendo apresentadas e discutidas pelos órgãos públicos no processo de elaboração do PPA, a CIAPO elaborou documento-síntese de contribuições ao PLANAPO 2016-2019, que foi analisado, juntamente com documento elaborado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em conjunto com a Cnapo.

Concluído o trabalho de revisão de recomendações de aperfeiçoamento, foi elaborado o documento denominado “Subsídios para a elaboração do PLANAPO 2016-2019”, que foi debatido no Seminário “Dialoga Brasil Agroecológico”, realizado no segundo semestre de 2015. Estes debates resultaram em uma proposta inicial do Plano, composta por 6 eixos (Produção; Uso e conservação de recursos naturais; Conhecimento; Comercialização e consumo; Terra e Território e Sociobiodiversidade), 12 objetivos, 40 metas e 484 iniciativas associadas. Estas propostas foram encaminhadas à Ciapo e discutidas em reuniões de Grupos de Trabalho por eixos, além de oficina realizada especificamente para a finalização da matriz do Plano.

Em seguida, o resultado destes trabalhos na CIAPO foi enviado à apreciação da Cnapo, tendo sido analisado e debatido em suas Subcomissões Temáticas e, posteriormente, em sessão plenária. A análise final da Cnapo foi reencaminhada à Ciapo, que incorporou diversas das sugestões apresentadas, aprovando a matriz final do Planapo 2016-2019 em reunião extraordinária.

Compõe este documento a estrutura da matriz do Plano, composta por objetivos, metas e iniciativas. Além disso, em observação ao Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que define a estrutura básica do Planapo, apresenta diagnóstico da construção do Plano, com breve descrição do estágio atual de algumas ações em temas relevantes relativos à agroecologia e produção orgânica. São apresentadas, ainda as diretrizes que orientam o Planapo e suas implicações do ponto de vista do diálogo com políticas afins. Por fim, são abordadas a estrutura e a metodologia de gestão do Plano.



DIAGNÓSTICO

O diagnóstico produzido por ocasião da confecção do primeiro ciclo do Planapo apresentou um panorama abrangente de informações sobre a situação da produção orgânica e de base agroecológica no Brasil. Por outro lado, decorridos os quase três anos de execução do Planapo 2013-2015 e com base no acompanhamento de sua execução, também foi possível reunir informações sobre avanços e fatores limitantes da política.

Um dos principais pontos positivos na execução do primeiro ciclo do Planapo refere-se ao fato de que o Plano permitiu que os temas principais da política fossem observados de forma interdisciplinar, aglutinados de maneira lógica, ao mesmo tempo em que conferiu maior transparência às iniciativas adotadas pelos órgãos públicos, relacionadas à agroecologia e a execução física e financeira correspondente. Cabe ressaltar, no entanto, que os desafios com os quais a implementação do Planapo se deparou se originam, em grande medida, de situações estruturais cuja transformação requer esforços de longo prazo. De maneira complementar, fatos relevantes relativos à agenda de agroecologia e produção orgânica surgiram neste período, podendo representar oportunidades ou novos desafios.

Cabe destacar também que durante a implementação do Planapo 2013-2015 e especialmente no processo de construção do novo ciclo de planejamento, sobressaíram-se, nos debates entre sociedade e governo, os temas relacionados à terra e ao território e à sociobiodiversidade, que passam a compor, no Planapo 2016-2019, novas frentes de ação para agregação de esforços de órgãos públicos e da sociedade durante este quadriênio. Importante ainda ressaltar, no que se refere ao pano de fundo da implementação do primeiro ciclo do Plano, o processo de fortalecimento e urgência que a agenda do clima passa a ter nos últimos anos. Nesse sentido, as ações do Planapo relacionadas à disseminação de tecnologias sustentáveis de manejo da água, do solo e das florestas, conjugadas a práticas inovadoras de produção primária e à regularização ambiental, podem ser fortes aliadas no avanço da agenda de adaptação às mudanças climáticas.

A seguir são abordados alguns aspectos relativos a resultados alcançados na implementação do Planapo 2013-2015 e a fatos que se mostraram relevantes à compreensão do quadro geral de incidência de ações relacionadas à agroecologia.

PRODUÇÃO

FINANCIAMENTO E SEGURO

O financiamento da produção e a condição de minimização de riscos por meio de seguros de produção e renda são duas linhas de políticas públicas fundamentais para a consolidação da produção orgânica e de base agroecológica.

A agricultura familiar, a reforma agrária e os povos e comunidades tradicionais contam com a linha de crédito Pronaf Agroecologia, dirigida à produção orgânica e de base agroecológica e coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Além disso, sob a gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), existe linha de crédito específica do Programa de Agricultura de Baixo Carbono – Programa ABC, que tem como uma de suas finalidades a implantação e o melhoramento de sistemas orgânicos de produção agropecuária – ABC Orgânico.

A construção do Planapo 2013-2015 identificou um conjunto expressivo de limitações ao avanço do crédito para agroecologia e produção orgânica, relacionadas ao desconhecimento do tema por parte dos agentes financeiros, à inexistência de planilhas modais específicas à produção agroecológica que pudessem conferir escala aos processos de financiamento, às dificuldades de monitoramento dos recursos alocados, dentre outras questões, que estavam associadas ao pequeno número de contratos de financiamento para sistemas agroecológicos e orgânicos e ao reduzido valor financeiro total desembolsado.

Entre as medidas adotadas para a reversão do quadro, ao longo da vigência do Planapo 2013-2015, foram aprimorados junto ao Banco Central os mecanismos de registro dos financiamentos concedidos para a produção orgânica por meio do Pronaf Agroecologia e do “ABC Orgânico”, o que resultou em maior capacidade de monitoramento das operações.

Em 2014, foi publicada a Portaria nº 38, de 4 de julho de 2014, que disciplina os planos simplificados ou projetos técnicos de crédito para o financiamento de sistemas de base agroecológica ou para transição agroecológica para todas as linhas de crédito no âmbito do Pronaf. Durante a safra 2014/2015, foi criado o Pronaf Produtivo Orientado, que também visa estimular o financiamento de sistemas de produção de base agroecológica ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção dos empreendimentos. Entretanto, é preciso avançar com a criação de uma linha de custeio no Pronaf Agroecologia para ampliar o financiamento das despesas cíclicas de produção.

No processo de implementação do Planapo 2013-2015, foram feitas diversas tratativas para que a gestão financeira das linhas de crédito incorporasse mecanismos de reconhecimento das particularidades dos sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica. Também se investiu na capacitação dos agentes de crédito e de Ater, com a realização de diversas oficinas. No entanto, ainda é preciso intensificar a qualificação dos agentes e ampliar a divulgação das linhas de crédito junto aos beneficiários.

Também é necessário avançar no que se refere à elaboração de planilhas modais específicas para a produção agroecológica (referência dos custos da produção), a partir dos conhecimentos dos técnicos de ATER, agentes financeiros e agricultores(as). Se por um lado quase todos os financiamentos para a produção convencional têm planilhas modais orgânicas correspondentes, pouco se avançou na elaboração de planilhas modais para os sistemas de produção agroecológica e em transição agroecológica.

Em outra frente, também não se obteve êxito nas tratativas visando estabelecer tabelas de referência com diferencial de preços para produtos agroecológicos e orgânicos e incorporação de serviços ambientais para efeito de cálculo.

Por fim, permanece o desafio da construção de um modelo de seguro para a agricultura familiar melhor adaptado à agricultura de base agroecológica.

AGROTÓXICOS E PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS DE BAIXO IMPACTO

A disponibilidade e o acesso dos agricultores(as) a produtos fitossanitários adequados à produção orgânica e de base agroecológica têm sido um fator limitante para a expansão de tais sistemas. Uma alteração substancial deste quadro exige, especialmente, investimentos em estudos e pesquisas, ajustes no aparato legal, apoio ao registro de produtos fitossanitários de baixo impacto e fortalecimento da rede de produção e distribuição destes produtos.

Durante o primeiro ciclo do Planapo, não foi implementada a iniciativa específica de realização de estudos e testes voltados ao estabelecimento de especificações de referência para registro simplificado de produtos fitossanitários. No entanto, houve sucesso na ampliação do registro de especificações de referência e de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica, com destaque para aqueles à base de agentes biológicos e microbiológicos de controle. As principais dificuldades encontradas na execução desta ação estiveram relacionadas à baixa disponibilidade de recursos financeiros e de pessoal para a realização das diferentes atividades que perpassam a regulamentação dos produtos.

O diagnóstico inicial do Planapo indicava a necessidade de ajustes no conjunto de regulamentos técnicos relativos à produção orgânica. Durante o primeiro ciclo do Planapo, foram publicadas Instruções Normativas relacionadas a produtos fitossanitários para uso na produção orgânica e de base agroecológica e outras dirigidas especificamente à produção orgânica ou a produtos e processos importantes para o setor.

No que se refere ao fortalecimento das linhas de ação dirigidas a ampliar mudanças no padrão de toxidade dos insumos agrícolas, o Planapo 2013-2015 previa a criação de um programa nacional para a redução do uso de agrotóxicos. Um intenso processo de mobilização da sociedade, em diálogo com o governo, levou a que, em novembro de 2014, fosse finalizada a proposta do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara), que, no entanto, não chegou a ser lançado até o final do primeiro ciclo do Plano. O Planapo 2016-2019 terá o desafio de consolidar novos avanços no que diz respeito à formalização e execução deste Programa, que representa um grande passo na articulação intersetorial para o enfrentamento dos problemas sanitários, ambientais e sociais advindos do uso intensivo de agrotóxicos.

Outra importante frente de trabalho do Planapo 2013-2015 relaciona-se a estruturação de ações de enfrentamento ao impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana. Um grande avanço alcançado no período foi a estruturação da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos – VSPEA em todas as unidades da federação, com elaboração e implementação dos planos de vigilância respectivos. Também foi publicado o documento intitulado “Orientações técnicas para o monitoramento de agrotóxicos na água para consumo humano”, que trata dos procedimentos técnicos e operacionais para a implantação e implementação do monitoramento de agrotóxicos em água para consumo humano. Foram também publicados dados anuais de monitoramento de agrotóxicos na água para consumo humano. Em continuidade às ações nesta

área, remanesce para o período segundo ciclo do Plano de elaboração de estudos para subsidiar a revisão dos níveis toleráveis de agrotóxicos descritos no padrão de potabilidade da água.

Outra questão importante que foi objeto do Planapo 2013-2015, mas não foi implementada, é a reavaliação das autorizações de uso de agrotóxicos no Brasil. Desde 2008, ingredientes ativos de agrotóxicos haviam sido colocados em reavaliação e dois novos ingredientes em 2013 (o 2,4D e o Procloraz). Permanece, entretanto, o desafio de desenvolver pesquisas específicas para a substituição dos princípios ativos proibidos, após o processo de reavaliação.

MECANISMOS DE GARANTIA DE QUALIDADE ORGÂNICA

O funcionamento do mercado de produtos orgânicos requer sistemas de garantia que assegurem ao consumidor a qualidade do produto à venda. A criação destes sistemas de garantia surgiu na década de 1980, como iniciativa dos próprios agricultores (as), que criaram normas de produção e selos de identificação de seus produtos. O aparecimento de um grande número de selos tornou cada vez mais difícil ao consumidor identificar aqueles de comprovada credibilidade. A ausência de uma “supervisão” sobre os mecanismos de controle também contribuiu para o quadro.

Com a Lei nº 10.831, de 2003, marco legal da agricultura orgânica, foram previstos diferentes mecanismos de garantia da qualidade da produção orgânica (Certificação, Sistemas Participativos de Garantia e Controle Social para a Venda Direta sem Certificação), sendo necessário, em todos os casos, o registro do produtor no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, gerido pelo MAPA. A adesão dos produtores a esses sistemas e o seu monitoramento pelos órgãos de controle conferem transparência às transações dos produtos orgânicos.

Cabe destacar também que a ação coletiva desencadeada em torno da estruturação de Sistemas Participativos de Garantia (SPG) e de Organismos de Controle da Qualidade (OCS) tem contribuído para a mobilização e organização dos produtores orgânicos e de base agroecológica, para o intercâmbio de conhecimentos, a abertura de novos mercados e a representação de seus interesses, especialmente por meio do Fórum Nacional de OCS e SPG.

Atualmente, estão credenciados junto ao MAPA 25 Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica, sendo 8 certificadoras por auditoria e 17 Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica. Há ainda 260 Organizações de Controle Social cadastradas, atuando em venda direta de produtos orgânicos ao consumidor.

Entre 2013 e 2015, registrou-se um aumento percentual expressivo do número de agricultores (as) inseridos em mecanismos de controle social (OCS e SPG). Como a base inicial era pequena, deve-se reconhecer, no entanto, o grande desafio de se ampliar o número absoluto de agricultores (as) a serem incluídos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

FOMENTO

O Planapo 2013-2015 previu a realização de ações de apoio a processos de articulação entre atores e de fortalecimento das redes de organizações, com o fim de dinamizar as ações e políticas

relacionadas à produção orgânica e agroecológica nos territórios. Durante a vigência do Plano, foi desenvolvido o Programa Ecoforte, resultado de um acordo de cooperação técnica firmado em 2013 entre diversos Ministérios e entidades parceiras, e que tem por objetivo desenvolver ações conjuntas para o fortalecimento e a ampliação de redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica. Foram lançados dois Editais de Chamada Pública vinculados ao programa, relativos ao Ecoforte Redes e ao Ecoforte Extrativismo. Lançado em março de 2014, o edital do Ecoforte Redes teve como objeto o apoio a projetos territoriais de redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica, voltados à intensificação das práticas de manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade e de sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica. Atendendo demanda da sociedade civil por apoio a empreendimentos extrativistas, em setembro de 2014 foi lançado segundo edital, que não estava previsto originalmente no Planapo, para o apoio à estruturação de empreendimentos econômicos coletivos, visando ao beneficiamento e/ou à comercialização de produtos oriundos do uso sustentável da sociobiodiversidade – Ecoforte Extrativismo.

Há um consenso entre governo e sociedade civil de que o apoio às redes de agroecologia fortalece as iniciativas territoriais de transição agroecológica e de produção já existentes. É necessário, no entanto, ampliar a capacidade governamental de apoio a essas redes e o volume de recursos aplicados, bem como aprimorar os mecanismos de avaliação dos efeitos dos projetos já apoiados. Considera-se que o Planapo foi capaz de articular um montante expressivo de recursos para apoio às redes, mas o elevado número de projetos apresentados nos editais e não atendidos indica que existe uma demanda significativa a ser considerada.

Também no que se refere ao fortalecimento dos atores locais, cabe destacar a importância de iniciativas voltadas ao apoio ao cooperativismo. Nesse sentido, cabe registrar a demanda por parte de representações sociais e da agricultura familiar para que seja estruturado um sistema nacional de cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária.

MULHERES RURAIS

Em um processo de reflexão interna e externa ao movimento agroecológico, tem se fortalecido a compreensão da necessidade de reconhecer o protagonismo das mulheres na manutenção das práticas agroecológicas, que incorporam cuidados especiais com o meio ambiente e com os alimentos gerados e consumidos. Sem estigmatizar a atuação social das mulheres, observa-se, em diferentes contextos culturais e momentos históricos, a presença marcante de mulheres na escolha e guarda de sementes, na manutenção da diversidade e da qualidade da alimentação, na preservação de plantas medicinais, dentre outras práticas.

A par do reconhecimento deste protagonismo nas práticas agroecológicas, também passa a haver uma compreensão cada vez mais ampla - resultado, em especial, de um processo de luta e afirmação das próprias mulheres rurais -, de que a construção de um modo de produção agrícola e de vida no campo que seja não apenas ambientalmente sustentável, mas também socialmente inclusivo, impescinde do empoderamento das mulheres e da garantia de espaços próprios de participação e decisão na política.

Nesse sentido, a promoção da autonomia das mulheres rurais é tema transversal do Planapo 2016-2019, como também ocorreu no Planapo 2013-2015. Por meio de ações específicas voltadas para mulheres e de recortes de gênero em programas e ações existentes, o Planapo buscou conferir concretude a diretriz da Pnapo de contribuir para a redução das desigualdades de gênero, especialmente no que se refere à ampliação e consolidação da participação das mulheres rurais na produção agroecológica e orgânica. Abaixo são indicadas algumas iniciativas realizadas durante o primeiro ciclo do Plano.

Todas as chamadas públicas de ATER previstas no PLANAPO passaram a estabelecer o atendimento de no mínimo 50% de mulheres para o conjunto das ações a serem realizadas. Apesar de a porcentagem ter sido prevista em outros documentos, no PLANAPO ela atinge operacionalidade pela primeira vez. No caso da Ater promovida pelo MDA, esse patamar vem sendo atingido desde 2013 e, em 2015, as mulheres representaram 88% do público beneficiário dos contratos. Entretanto, tais conquistas apontam e criam novas demandas, como a universalização em todas as chamadas de Ater dos serviços de recreação infantil, de modo a garantir a participação das beneficiárias e a qualificação dos agentes de Ater no atendimento das mulheres e nos conteúdos de gênero. Iniciativas voltadas à formação de agentes de Ater com foco em agroecologia e questões de gênero foram realizadas em parceria com universidades e institutos federais.

Para além da Ater geral, nesse período foram lançadas chamadas públicas de Ater específica para mulheres rurais, com vistas ao fortalecimento e apoio da produção agroecológica e à organização produtiva das mulheres rurais, o que, em integração com outras políticas públicas, permitiu a ampliação do acesso do público feminino ao crédito rural e aos programas de compras governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE). Os pressupostos destas chamadas públicas buscavam valorizar e aprimorar os conhecimentos das mulheres sobre práticas de produção e manejo dos recursos naturais rompendo com a Ater de cunho difusionista. Apesar dos avanços, permanece como desafio a ampliação da Ater específica para mulheres rurais, garantindo sua continuidade e a formação de equipes técnicas específicas.

Os Chamamentos Públicos de Organização Produtiva realizados no período apoiaram atividades de capacitação e formação voltadas ao fortalecimento dos grupos e de redes produtivas de mulheres rurais para o desenvolvimento de atividades econômicas. Em desdobramento destas ações, torna-se necessária a criação de ações de apoio à agregação de valor e comercialização da produção de base agroecológica das mulheres, com destaque para infraestrutura, qualificação dos normativos sanitários e promoção de projetos de agroindustrialização específicos. Seguindo esta lógica, um avanço positivo do Terra Forte, que é uma iniciativa específica para o público da reforma agrária, seria a disponibilização de uma linha semelhante para outros segmentos da agricultura familiar, especialmente as mulheres rurais que processam e beneficiam sua produção agroecológica em pequena escala.

No campo da pesquisa, a 4ª edição do Prêmio Margarida Alves teve como tema Mulheres e Agroecologia. O resultado foi lançado em novembro de 2014 e premiou 7 trabalhos na categoria Ensaio Inédito, 7 trabalhos na categoria Relatos de Experiência e 5 trabalhos na categoria Memórias, que deram origem à uma publicação. A realização do prêmio permitiu mapear e divulgar produções acadêmicas e experiências sobre o tema mulheres e agroecologia. Segue como desafio

o estímulo, o registro e a sistematização pelas próprias agricultoras de seus saberes, memórias e práticas e experiências agroecológicas.

Também houve avanços no acesso das mulheres a tecnologias de acesso à água sendo que, segundo dados atuais do Sistema de Gerenciamento para o Programa Cisternas - SIG Cisternas, cerca de 50% dos beneficiários principais da política são mulheres, e o mesmo se verifica com os quintais produtivos e a criação animal associada às tecnologias.

Em que pese os avanços alcançados no atendimento a mulheres, alguns desafios permanecem, tais como: garantir apoio à implementação dos quintais agroecológicos; fortalecer as organizações econômicas de mulheres rurais; e, como macrodesafio e também horizonte de ação, reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres rurais na produção orgânica e de base agroecológica.

USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

RECURSOS GENÉTICOS

Visando promover, ampliar e consolidar processos de acesso, uso sustentável, gestão e manejo, recomposição e conservação de recursos naturais e ecossistemas, as ações do primeiro ciclo do Planapo levaram à proposição de nova regulamentação do procedimento para acesso, pelos agricultores(as) familiares organizados, aos bancos de germoplasma de pesquisa, nas diversas unidades da Embrapa. Nesse sentido, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Embrapa, por meio da Resolução nº 156, de 28 de março de 2016, a Norma nº 037.013.001.001, intitulada “Política para o Desenvolvimento de Parcerias e Negócios da Embrapa em Genética Vegetal”. O referido Conselho aprovou também, por meio da Deliberação n. 02 de 05 de abril de 2016, a Norma n. 037.013.001.002, intitulada “Orientações e Procedimentos para o Desenvolvimento de Parcerias e Negócios da Embrapa em Genética Vegetal”, que possibilita o acesso aos bancos de germoplasma da Embrapa.

Um importante passo foi a realização do mapeamento de organizações, redes e iniciativas envolvidas com a conservação de recursos genéticos da agrobiodiversidade, de interesse da agroecologia e da produção orgânica, que contribuirá para elaboração de políticas públicas que ampliem o acesso às sementes e para apoiar a conservação e a multiplicação, distribuição e comercialização de mudas e sementes crioulas e varietais.

Talvez um dos maiores desafios deste eixo se relacione à produção, conservação e distribuição de sementes adaptadas aos cultivos orgânicos e agroecológicos. O Planapo conseguiu integrar recursos de diferentes fontes que permitiram o apoio a aproximadamente 700 bancos comunitários de sementes, destacando-se o fato de alcançar mais de 12.000 agricultores (as) familiares inscritos no Cadastro Único. O elevado envolvimento dos produtores indica a importância desta estratégia para a autonomia das unidades produtivas familiares sendo necessário assegurar a continuidade da disponibilização de recursos para ampliar a abrangência alcançada até o momento.

Destaca-se, também, que várias atividades de suporte relacionadas ao tema foram executadas, tais como: i) a produção de cartilhas orientadoras para obtenção e conservação de sementes por agricultores (as); ii) o levantamento junto a instituições de pesquisas de espécies vegetais com variedades de sementes mais adaptadas aos sistemas orgânicos de produção; iii) o apoio a projetos envolvendo os núcleos de agroecologia; iv) a realização de cursos e a formação de Unidades Demonstrativas para manejo e uso de adubos verdes; v) projetos em curso que permitirão caracterizar variedades de espécies vegetais de importância para a soberania e segurança alimentar e nutricional.

Neste período também foi lançado o Programa Nacional de Sementes e Mudanças para a Agricultura Familiar (PNSMAF), com o objetivo ampliar o acesso dos agricultores e agricultoras familiares às sementes e mudas de reconhecida qualidade e adaptadas ao território, fortalecendo sistemas agroalimentares de base agroecológica, por meio do apoio a programas e ações destinados a produção, melhoramento, resgate, conservação, multiplicação e distribuição desses materiais propagativos. O Programa dispõe de diretrizes, eixos e instrumentos que visam à consecução de seu objetivo, destacando a atuação conjunta entre os entes federados e as organizações da sociedade civil ligadas ao tema e com inserção na agricultura familiar. Também foram assinados convênios com alguns estados visando o resgate e valorização da produção de sementes crioulas e a implantação de campos de multiplicação e demonstração de palma forrageira.

Além disso, um dos objetivos do Planapo era aprimorar os mecanismos para compra e distribuição de sementes crioulas e variedades e outros materiais propagativos de culturas alimentares por meio de aquisições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os ajustes realizados no marco legal permitiram alcançar, em 2015, a execução de 2,8% do total de recursos aplicado no PAA. Entretanto, este novo ciclo de planejamento deve incluir novo esforço de amadurecimento e aperfeiçoamento do mecanismo, mantendo-se a interlocução com a sociedade civil.

Pode-se considerar que as estratégias e ações ligadas a recursos genéticos no primeiro ciclo do Planapo, principalmente sementes, organizam-se em torno de três enfoques complementares: sementes crioulas, sementes varietais e sementes orgânicas, tendo por princípio os direitos dos(as) agricultores(as), povos e comunidades tradicionais ao livre uso da agrobiodiversidade, com autonomia e protagonismo. O Planapo 2016-2019 trará desafios importantes nesses temas, com destaque para a consolidação do Programa Nacional de Sementes e Mudanças, o financiamento de Unidades de Beneficiamento de Semente (UBS), a implantação e consolidação de bancos de sementes e a produção de sementes orgânicas certificadas.

MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

O diagnóstico do Planapo 2013-2015 indicava a necessidade de se valorizar o conhecimento acumulado e os esforços dos povos e comunidades tradicionais no desenvolvimento de práticas agroecológicas e orgânicas. Indicava também a necessidade de se ampliar o acesso das populações tradicionais extrativistas aos territórios de ocorrência de espécies da sociobiodiversidade.

Durante a vigência do Plano, foi realizado diagnóstico (levantamento socioeconômico) sobre a produção extrativista e de produtos da sociobiodiversidade pelas populações tradicionais

de Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, em um total de 77 Unidades de Conservação de Uso Sustentável com presença de comunidades tradicionais. No próximo ciclo do Planapo, as instituições envolvidas poderão fazer uso efetivo dessas informações, como elemento de direcionamento e otimização de recursos.

Em relação ao apoio às atividades extrativistas, cabe ressaltar que diversos produtos florestais não madeireiros têm ampliado sua inserção em circuitos comerciais, o que promove geração de renda, por um lado, mas intensifica a pressão sobre a capacidade governamental de suporte a tais ações, por outro. Neste contexto, o fortalecimento de assistência técnica e extensão rural específica para o extrativismo é essencial. Durante a execução do Planapo 2013-2015, houve um esforço por viabilizar a formação de agentes técnicos em manejo florestal madeireiro e de espécies da sociobiodiversidade, com enfoque em sistemas de base agroecológica. Esta ação permitiu a oferta de Ater especializada em extrativismo a um número expressivo de famílias residentes nas regiões alcançadas pelos biomas Amazônia e Cerrado.

Também foram executados, no período, projetos de formação e intervenção em educação ambiental para o uso, gestão, manejo e conservação dos recursos naturais, com enfoque agroecológico.

Não obstante tais iniciativas, é necessário ampliar a oferta de cursos especializados em manejo florestal e extrativismo sustentável para agentes técnicos, sendo recomendável a oferta regular de cursos nesta temática com execução regionalizada. É importante ainda dar continuidade e ampliar as ações de atendimento às famílias por meio de assistência técnica extrativista especializada.

Outras iniciativas realizadas durante a vigência do Planapo dizem respeito à elaboração de parâmetros técnicos para o manejo sustentável de espécies e produtos florestais não madeireiros, a consolidação de documentos contendo as diretrizes e orientações técnicas para adoção de boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico e a elaboração de cadernos de orientação para extrativistas produtores. Permanece como desafio a divulgação e uso dos materiais técnicos produzidos, o fomento geral às boas práticas e que os quadros técnicos, sejam de entidades públicas ou privadas, se apropriem desses conteúdos e auxiliem no trabalho junto aos produtores.

O diagnóstico do Planapo 2013-2015 também indicava a importância da caracterização nutricional de espécies nativas da flora brasileira de valor alimentício, atual ou potencial, para subsidiar diferentes políticas e iniciativas relacionadas à segurança alimentar e nutricional, com o fim de diversificar a dieta do brasileiro. Uma das iniciativas relacionadas ao tema, realizadas durante a vigência do Plano, diz respeito à compilação de dados preliminares de espécies de frutas nativas. Durante este novo ciclo de planejamento, cabe assegurar a realização de análises laboratoriais de composição nutricional que subsidiarão a formulação de novos cardápios e a efetivação de ações promocionais que incentivem a ampliação da base alimentar do brasileiro com o consumo desses produtos.

Finalmente, cabe mencionar os esforços para a disseminação de tecnologias e práticas de recuperação de áreas degradadas, iniciados por meio do desenvolvimento, em Ambiente Educacional Web (AEW), de um sistema de informações acessível aos produtores e técnicos extensio-

nistas, contendo biblioteca de espécies nativas de todos os biomas brasileiros, com orientações sobre coleta, região endêmica, melhor época de plantio, viabilidade econômica, além de informações sobre técnicas de recuperação aplicáveis a diversas situações e regiões do país.

ENERGIAS RENOVÁVEIS

A agroecologia se relaciona a temática de energias renováveis no que se refere à sustentabilidade do sistema produtivo e ao aproveitamento adequado dos recursos naturais, especialmente quanto ao tema de tratamento da biomassa produzida como resíduo no estabelecimento rural. Este resíduo pode ser convertido em biofertilizante e composto orgânico, de forma a reduzir a dependência de insumos externos para a produção agroecológica.

O Planapo 2013-2015 não apresentava iniciativas diretamente relacionadas ao tema. As ações relacionadas a energia renováveis atualmente em curso no MDA estão centradas no fornecimento de financiamento, por meio das linhas de crédito Pronaf Mais Alimentos e Pronaf Eco, para equipamentos e sistemas de aproveitamento de biomassa e energia solar.

De outra parte, integram o Planapo 2016-2019 a elaboração e a implementação do Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia para a Agricultura Familiar, que representará significativo avanço na institucionalidade da questão. Dentre os desafios a serem enfrentados, para o efetivo avanço da geração e uso de energias renováveis pela agricultura familiar, podem ser destacados: a adequação da legislação para permitir que os agricultores(as) familiares possam ser vistos efetivamente como produtores de energia, segundo a concepção da geração distribuída; a disponibilização de recursos apropriados à realidade dos agricultores(as) familiares, muitas vezes descapitalizados e sem a possibilidade de acesso às linhas de crédito disponíveis; garantir assistência técnica para o que já existe de tecnologia disponível; ampliar pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de aproveitamento de fontes renováveis de energia de pequeno porte; e reduzir os custos de implantação dos sistemas de aproveitamento de fontes renováveis de energia, que estão ainda em um patamar muito alto.

SEGURANÇA HÍDRICA

Desde 2003, o governo federal vem apoiando a implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água. Contudo, houve uma intensificação de esforços a partir de 2011, na articulação de órgãos de governos e entidades da sociedade civil para a formatação de ações de acesso água, o que resultou na criação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - Água para Todos, por meio do Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, com objetivo de universalizar o acesso à água na zona rural dos municípios brasileiros. Outro importante avanço no processo de implementação de tecnologias sociais de acesso à água foi a instituição de novo arcabouço legal, a partir de 2013 (Lei nº 12.873/2013 e Decreto n.º 8.038/2013), que regulamentou o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.

A implantação de unidades de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos (Segundo Água) integrou o Planapo 2013-2015 e resultou na implementação de mais de

1 bilhão de cisternas em unidades de produção orgânica e de base agroecológica no semiárido nordestino, com importante efeito sinérgico sobre as demais ações de fomento do Plano Brasil Sem Miséria. Entretanto, o desafio da segurança hídrica no ambiente da produção orgânica e de base agroecológica ainda permanece premente, principalmente no semiárido nordestino.

REGULARIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

A Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) estabeleceu uma série de instrumentos para a regularização e recuperação ambiental dos imóveis rurais. Dentre eles, destacam-se o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os Programas de Recuperação Ambiental (PRA), que possuem ações de fomento no Planapo.

Nesse sentido, no final de 2015, houve a inserção de atividade específica de elaboração do CAR pelas equipes de Ater, em todos os contratos de assistência técnica e extensão rural do MDA vigentes (167 contratos), por meio de um aditivo contratual, que prevê investimentos totais de R\$ 81.776.725,40. Com este aditivo, visa-se alcançar 173.740 imóveis rurais. Adicionalmente, até 2017, novas iniciativas visam fomentar a inscrição de mais 100 mil imóveis rurais no CAR, incluindo territórios de povos e comunidades tradicionais.

Adicionalmente, Programas de Regularização Ambiental (PRA) terão sua implementação apoiada em todas as Unidades da Federação. 20 projetos de recuperação de Áreas de Preservação Permanentes (APPs) serão implantados em diferentes bacias hidrográficas e biomas. Além disso, com vistas a subsidiar a recuperação ambiental nos diferentes biomas, uma plataforma informatizada será disponibilizada, pela Embrapa, contendo informações sobre espécies, tecnologias e sistemas de produção de mudas. A plataforma, além de possuir caráter informativo, permitirá aos agricultores(as) familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais elaborarem projetos de recuperação ambiental, com incorporação de soluções compatíveis com a realidade local.

A partir dessas iniciativas espera-se contribuir para a promoção da conservação dos ecossistemas naturais e da recomposição dos ecossistemas modificados.

CONHECIMENTO

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (Ater)

Desde 2003, a agroecologia foi incorporada aos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), o que se refletiu no direcionamento de recursos de Ater para a disseminação de práticas agroecológicas no campo, por meio de várias chamadas públicas lançadas pelo MDA, que financiaram a atividade dos extensionistas e agentes de ATER que atuam com este enfoque.

Neste sentido, foram lançadas chamadas públicas nas modalidades Ater Agroecologia e Ater Sustentabilidade, que permitiram o atendimento a mais de 100.000 famílias, e na modali-

dade ATER Extrativista, que ofereceu serviços especializados a 26.000 famílias beneficiárias do Bolsa Verde. A oferta de serviços de Ater para pescadores artesanais e aquicultores familiares, com recursos do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura, também foi uma inovação trazida pela Planapo. Apesar dos números expressivos, permanece, para o novo ciclo de implementação da política, o desafio de ampliar o montante de recursos disponibilizados para a Ater agroecológica e o número de agricultores(as) atendidos.

Além da oferta de serviços de Ater, foram promovidas ações de capacitação, disseminação de conhecimentos e intercâmbio, que resultou na qualificação de um conjunto significativo de agentes de Ater em agroecologia, sendo necessário dar continuidade a esse esforço, com o fim de ampliar o número de técnicos(as) preparados(as) para dar suporte à produção orgânica e de base agroecológica.

Uma inovação do Planapo foi a previsão de que pelo menos 30% das equipes técnicas de agentes de Ater fossem compostas por jovens, com idade entre 18 e 35 anos. Mecanismo semelhante vem sendo adotado em relação à participação de mulheres nas atividades da Ater. O Planapo previu que pelo menos 50% dos beneficiários sejam mulheres e 30% dos recursos das Chamadas Públicas de Ater com enfoque agroecológico, lançadas pelo MDA e pelo INCRA, sejam aplicados em atividades específicas para mulheres.

Para o próximo ciclo do Plano, considera-se necessário avançar especialmente na prestação de serviços de Ater nas Reservas Extrativistas. Também será preciso superar a dificuldade inicial de identificação e localização das famílias e inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), e ampliar o acesso à Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

Um elemento estrutural importante que passou a integrar o panorama da assistência técnica e extensão rural, durante a vigência do primeiro ciclo do Plano, foi a criação e entrada em funcionamento da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). Há previsão de que os primeiros recursos sejam executados pela Agência ao longo de 2016. Se, por um lado, a sociedade passa a contar com um instrumento potente de execução de serviços de Ater, é necessário assegurar que os avanços obtidos na oferta de Ater adaptada a públicos específicos — extrativistas, mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais — e no uso de metodologias participativas sejam internalizadas em seu modo de operação.

ENSINO E PESQUISA

A inclusão e o incentivo à abordagem da agroecologia e dos sistemas orgânicos de produção nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino representam alguns dos principais desafios a serem superados com a implantação do Planapo.

A implantação do Planapo 2013-2015 trouxe números expressivos de alunos(as) matriculados(as) em cursos técnicos em agroecologia e nos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional de Auxiliar de Agroecologia ou com enfoque agroecológico, destacando-se o desenvolvimento de conteúdos específicos relacionados à agroecologia.

Por outro lado, por meio do Pronera, assumiu-se o compromisso de promover educação formal de base agroecológica para assentados(as) de reforma agrária e seus filhos(as), inserindo a juventude rural na temática.

Outro avanço foi o início do Pronatec Bolsa-Verde Extrativismo, que atendeu extrativistas residentes em territórios de Unidades de Conservação Federais, beneficiários do Programa Bolsa Verde.

Entretanto, é necessário ampliar a execução de atividades de formação com conteúdos específicos de agroecologia aplicáveis a sistemas extrativistas e florestais. Também há questionamentos em relação à operacionalização da Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec Campo, assim como necessidade de qualificar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica do Campo, das Florestas e das Águas nas redes públicas. Nesse sentido, foi criada a Comissão Nacional de Educação Profissional e Tecnológica do Campo, das Florestas e das Águas nas redes públicas, no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/SETEC/MEC, que tem como objetivos: subsidiar a construção, o desenvolvimento e a avaliação das políticas de Educação Profissional e Tecnológica que atendam às especificidades dos povos do campo, das florestas e das águas; propor referenciais e diretrizes para as Redes Públicas que atendam às especificidades dos povos do campo, das florestas e das águas; e acompanhar a operacionalização da Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec e propor melhorias nos processos relacionados ao atendimento dos povos do campo, das florestas e das águas.

A iniciativa de formação de educadores(as) ambientais e agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar, com enfoque agroecológico, teve resultados importantes, assim como diversas outras iniciativas específicas de educação em agroecologia e produção orgânica, voltadas aos(as) trabalhadores(as) rurais e alunos(as) de nível médio e superior.

No que se refere à formação técnica, observa-se a necessidade de definir prioridades que atendam a diversidade da agricultura familiar, no que tange ao alcance regional; e desenvolver uma estrutura logística mais adequada às características regionais, que favoreça a participação de agricultores(as) das diferentes regiões do país.

Também se apresenta como desafio do Planapo a estruturação de iniciativas de que fortaleçam e ampliem os processos de construção e socialização de conhecimentos em agroecologia e produção orgânica, por meio da pesquisa e da aproximação dos saberes popular e científico e da maior articulação entre pesquisadores(as), formadores(as), agentes de Ater, extensionistas e agricultores(as) no compartilhamento de conhecimentos.

Como ação relacionada a esta temática, houve a criação, pela Embrapa, de um Portfólio de Sistemas de Produção de Base Ecológica, além de dois arranjos regionais de agroecologia, no Nordeste e no Centro-oeste, com uma visão articulada sobre o tema. Além disso, foram lançadas chamadas específicas para estimular a elaboração de projetos de pesquisa na área de agroecologia e produção orgânica, sendo que mais de 100 projetos estiveram em execução.

A necessidade de consolidação institucional da agroecologia e produção orgânica induziu à realização de iniciativas de capacitação de pesquisadores e à disponibilização de cursos e estágios para jovens cientistas. Considera-se que resultados importantes têm sido alcançados no sentido de constituir uma malha de pesquisadores e centros de pesquisa que reconhecem a im-

portância da agricultura familiar e da agroecologia. Em adição, a Embrapa aprovou, em 2015, um conjunto de projetos que formaliza a relação entre a Empresa e os Centros Familiares de Formação por Alternância, ampliando a interação com os Centros.

Deve ser destacado o apoio concedido aos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA) estruturados em torno de universidades, institutos federais e centros de pesquisa. Os núcleos tem desempenhado um importante papel na construção e compartilhamento de conhecimentos agroecológicos. Foram alcançados por atividades relacionadas à agroecologia e produção orgânica realizadas pelos NEA mais de 45 mil beneficiários(as), entre agricultores(as) familiares, agentes de Ater e outros públicos. Neste novo ciclo do Planapo, é importante que se estabeleça um processo de articulação institucional mais coeso em torno dos Núcleos e de maior divulgação e acompanhamento das atividades realizadas, de forma a promover maior compartilhamento dos resultados científicos e educacionais alcançados.

Cabe destacar também a execução, no âmbito das universidades, dos Programas e Projetos em Extensão Universitária (Proext) com enfoque agroecológico, que incluíram a definição de linhas de apoio a Estágios Interdisciplinares de Vivência (EIV) e a realização de iniciativas estudantis com enfoque agroecológico. Este é um espaço estratégico para a política, no âmbito educacional, cujos benefícios serão ampliados com a maior aproximação do Ministério da Educação (MEC), de forma a, por um lado, obter-se maior profundidade na definição dos objetivos e mecanismos de operacionalização do Programa relativos à agroecologia, e por outro, promover maior divulgação das ações realizadas e compartilhamento dos resultados.

COMUNICAÇÃO

O PLANAPO previu a criação de estratégias de comunicação para a produção e disponibilização de conhecimentos sobre agroecologia, sociobiodiversidade e produção orgânica em diversas mídias. Ao longo dos três anos de execução do Plano foram produzidos alguns materiais de comunicação relevantes como o Guia Alimentar para a População Brasileira, Alimentos Regionais Brasileiros, Caderno PRONAF Agroecologia, Mulheres e Agroecologia – Coletânea sobre Estudos Rurais e Gênero, os Cadernos de Boas Práticas para o Extrativismo Sustentável Orgânico, e o Caderno do Plano de Manejo Orgânico.

Entretanto não se conseguiu avançar na definição de uma estratégia coordenada de comunicação para a disponibilização de conhecimentos sobre agroecologia, sociobiodiversidade e produção orgânica, o que pode ser apontado como um dos pontos que devem ser priorizados na gestão do Planapo 2016-2019.

JUVENTUDE RURAL

A juventude requer atenção diferenciada por meio de políticas públicas específicas. O tema juventude rural perpassa todos os eixos do Planapo, mas recebe destaque especial por meio de ações específicas que estão articuladas com o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Além disso, por meio do incentivo a produção agrícola diferenciada, com enfoque na sustentabi-

lidade e na agroecologia, o Planapo tem condições de aprofundar um diálogo com a juventude rural e estimular sua permanência no campo.

Durante o primeiro ciclo do Plano, foi executada iniciativa visando fortalecer a inclusão social e produtiva de jovens rurais, por meio da formação agroecológica e cidadã. Foi utilizada a metodologia de formação de formadores, pela qual um grupo de jovens é preparado para a multiplicação de saberes em outras turmas. Na mesma linha metodológica, foi desenvolvido o Programa de Formação Agroecológica e Cidadã, do qual participaram diversas instituições federais de ensino superior, cada uma responsável por formar jovens, por meio da estratégia de formação de formadores e multiplicadores e com base nos princípios da pedagogia da alternância.

A promoção de Ater agroecológica para a juventude rural resultou no lançamento de uma chamada pública específica, cujos contratos respectivos foram executados ao longo do período 2013-2015 com base na pedagogia da alternância e utilizando-se de enfoque territorial. Também há previsão de execução de outra chamada pública para este público, a partir do primeiro trimestre de 2016.

Também foi lançada durante a vigência do Planapo, chamada pública visando promover a formação técnica de 1.600 estudantes de ensino médio em manejo florestal madeireiro e de espécies da sociobiodiversidade, com enfoque em sistemas de base agroecológica. A ação selecionou instituições de ensino técnico da Amazônia e Caatinga, interessadas em promover cursos sobre manejo florestal de uso múltiplo para os estudantes.

Permanece para este novo ciclo de planejamento a necessidade de aproximar a juventude rural da temática agroecológica, nas atividades relacionadas à educação básica à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação cidadã. É necessário ainda apoiar as associações e cooperativas da juventude rural, como forma de promoção da organização produtiva e associativa desses jovens. A formação por alternância deve ser priorizada, sendo necessário investir nas escolas agrícolas, seja no que se refere à formação de seus quadros técnicos, seja na garantia de condições de infraestrutura e de capacidade de custeio adequadas. Por fim, deve-se manter o esforço de ampliar o número de jovens alcançados com Ater de qualidade, respeitadas as especificidades deste público.

COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO

MERCADOS INTITUCIONAIS

As compras governamentais têm desencadeado um processo de organização da produção familiar orgânica e de base agroecológica e desempenhado importante papel na provisão de novos espaços de comercialização e geração de renda.

O Planapo previu um conjunto de ações dirigidas à promover a qualificação de Organizações Econômicas Familiares (OEF), nas áreas da gestão organizacional, financeira, técnica e ambiental. Chamadas públicas como a de ATER Mulheres e de organização produtiva têm

contemplado atividades de capacitação, elaboração de projetos e assessoria aos grupos que acessam o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e a Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.

Cabe registrar que, entre 2013 e 2015, observou-se um ligeiro aumento da porcentagem de recursos do PAA destinados às aquisições de alimentos orgânicos e de base agroecológica. No entanto, este aumento não foi suficiente para o alcance da meta de 5% estabelecida no Planapo. Uma das limitações para se chegar a este patamar é a dificuldade de identificar e contabilizar as aquisições destes alimentos, em razão de lacunas de regulamentação. Outro obstáculo diz respeito a ausência de um banco de informações devidamente detalhadas e mapeadas sobre a produção de alimentos agroecológicos e orgânicos, que possam subsidiar os órgãos públicos responsáveis pelo Programa.

Destaca-se ainda que, durante a vigência do Plano, foram disponibilizados recursos específicos da PGPM para aquisição e subvenção de produtos da sociobiodiversidade, orgânicos e de base agroecológica, o que se deu na forma de subvenção aos produtores extrativistas. Observa-se que a promoção de maior divulgação da política é condição essencial para a ampliação do acesso dos produtores a seus benefícios.

Outro importante desafio presente no Planapo 2013-2015 foi a ampliação das aquisições de produtos orgânicos e agroecológicos no âmbito do PNAE. Em 2013 e 2014, as aquisições de produtos orgânicos e agroecológicos pelo PNAE mantiveram-se estáveis, em torno de 3% do orçamento previsto. Foram implementadas iniciativas visando monitorar a inclusão dos gêneros orgânicos e agroecológicos nas aquisições do PNAE, tendo sido constatada a necessidade de aprimoramento do Sistema de Prestação de Contas sobre a execução do Programa, para qualificar este monitoramento. Investiu-se também na formação de responsáveis técnicos pela alimentação escolar nas entidades executoras e na produção de material informativo para incentivar a inclusão dos gêneros orgânicos e agroecológicas nos cardápios escolares. Considera-se que ainda existe carência de conhecimentos sobre os procedimentos e as limitações da inclusão de alimentos orgânicos e agroecológicos na alimentação escolar, sendo necessária a realização de pesquisa qualitativa mais ampla sobre o tema. É oportuno lembrar que, para efetivar a inclusão de alimentos orgânicos e agroecológicos nas aquisições do PNAE, é importante que os nutricionistas, responsáveis técnicos pela alimentação escolar, tenham acesso ao mapeamento da produção orgânica e agroecológica da região.

COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

Se por um lado é preciso destacar o esforço empreendido para ampliar as compras governamentais de produtos orgânicos e de base agroecológica no primeiro ciclo de implementação do Planapo, não se pode deixar de registrar que houve pouco avanço na ação pública em torno de outros mercados. Houve avanços importantes na organização dos produtores para atingir mercados institucionais, mas é preciso redobrar esforços para organizar e informar os consumidores e aproximá-los da produção orgânica, por meio de novos pontos de distribuição.

Este novo ciclo do Planapo deve se voltar para a construção de uma estratégia nacional de abastecimento das populações urbanas com alimentos orgânicos e de base agroecológica. É preciso uma interlocução com as Centrais de Abastecimento (CEASA), visando à ampliação da disponibilidade desses alimentos em atacado. Além disso, observa-se grande movimentação na criação de novos pontos de distribuição em locais públicos, na forma de feiras, incentivada pela Ater em diversos estados. É necessária uma ação estruturante que potencialize essas iniciativas e veicule recursos para sua ampliação.

É preciso, ainda, investir na conscientização dos consumidores como atores na construção da oferta de produtos saudáveis, o que implica destinar recursos para a organização conjunta de consumidores e produtores que leve à ampliação da aquisição de alimentos orgânicos e de base agroecológica, por cooperativas de consumo existentes e incentivo à criação de novas. Já se verifica também a formação de arranjos como a “Comunidade que Sustenta a Agricultura” (Community Supported Agriculture – CSA), que podem ser incentivadas pelo Planapo.

De maneira complementar, seria relevante disponibilizar recursos públicos para a realização de eventos que promovam parcerias entre organizações de agricultores(as) e pequenas redes familiares de varejo local, redes de restaurantes naturais e lojas especializadas em produtos “saudáveis” em centros urbanos de médio e grande porte.

PROMOÇÃO COMERCIAL E CONSUMO RESPONSÁVEL

As atividades de promoção comercial desempenham um importante papel na abertura de novos mercados para os produtores orgânicos e de base agroecológica e na consolidação da importância e imagem desses produtos no que se refere ao consumo.

A presença de produtos da sociobiodiversidade, orgânicos e de base agroecológica em feiras promocionais é parte integrante deste esforço. Nesse sentido, o Planapo previu a alocação de recursos para a participação de agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária e povos e comunidade tradicionais na Feira Biobrazil e duas edições da Biofach.

Destaca-se também a realização da mostra “Brasil Agroecológico Feito por Elas”, evento que buscou valorizar e exibir a produção de alimentos saudáveis e de base agroecológica por grupos de mulheres rurais.

Outra estratégia promocional tem sido a realização de campanhas anuais, destacando-se, neste sentido, a promoção da Semana Nacional do Alimento Orgânico, que tem sido realizada há 11 anos.

TERRA E TERRITÓRIO

O marco conceitual e a prática da agroecologia e produção orgânica relacionam-se com a reforma agrária em sentido duplo. Por um lado, ele tem influência sobre as estratégias adotadas na reforma agrária. Por outro, a sua consolidação depende do acesso dos produtores à terra e do apoio disponibilizado para seu efetivo assentamento produtivo.

É possível estabelecer duas linhas de influência da agroecologia sobre a reforma agrária. Primeiro, as formulações teóricas da agroecologia, em seu conteúdo, além de pontuar a necessidade de construir estilos de desenvolvimento/agriculturas mais sustentáveis, trazem a necessidade de articulação com outras pautas, dentre elas a garantia dos territórios para a agricultura familiar camponesa, povos e comunidades tradicionais, etc. Além disso, pela sua contribuição na construção social das organizações dos agricultores(as), que ao se inserirem nessa temática, passam a propor e cobrar que as políticas públicas fomentem a produção de base agroecológica.

Atualmente, além da demanda de potencializar a agroecologia nos assentamentos da reforma agrária, o INCRA assumiu mais dois desafios, promover políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária nas Reservas Extrativistas, e, recentemente, promover tais políticas nas áreas quilombolas. Além dos assentamentos ambientalmente diferenciados, o INCRA assume mais dois públicos de comunidades tradicionais. Para atender a esta demanda, o INCRA vem buscando formular uma ação transversal de agroecologia em toda a Diretoria de Desenvolvimento de Assentamentos, para qualificar a sua execução em conformidade com os aspectos culturais/tradicionais do público da reforma agrária e para potencializar a produção de base agroecológica.

A estratégia se encontra em construção e espera-se que sua implementação ocorra durante a vigência do Planapo 2016-2019. Ela visa trabalhar as políticas públicas com a visão territorial, ou seja, conectar as ações em conformidade com a potencialidade dos territórios. Seu primeiro passo é a garantia dos territórios para as famílias, assegurando a entrega dos documentos comprobatórios (CCU/CDRU) e a implementação das políticas públicas com enfoque na agroecologia (Ates, Terra Sol, Terra Forte, Pronera e fomento).

Podemos destacar como principais desafios, primeiramente, a necessidade de formação do público da reforma agrária, de tal forma que possibilite identificar os espaços propícios para desenvolvimento da agroecologia e suas necessidades de implementação, levando em consideração a diversidade dos territórios, sua dimensão e distribuição no espaço agrário. Além disso, é necessária a formação em agroecologia para as Superintendências Regionais do INCRA, sobretudo para os servidores que operam a política de desenvolvimento de assentamentos.

Como desafio para organizar todas as iniciativas desenvolvidas em agroecologia no âmbito da reforma agrária, serão buscadas ferramentas para sistematizar experiências e formar um banco de dados sobre agroecologia na reforma agrária.

O conjunto de iniciativas assumidas no Planapo 2016-2019 tem como objetivos: tornar os assentamentos da reforma agrária mais sustentáveis e fornecedores de diferentes produtos para sociedade sem danos aos recursos naturais; melhorar a segurança alimentar das famílias assentadas; aumentar a geração de renda local; valorizar os conhecimentos gerados no âmbito da reforma agrária, seja por instituições parceiras, seja pelas famílias; qualificar a política pública no contexto dos povos e comunidades tradicionais; de forma geral, contribuir, por meio da reforma agrária para a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Na área quilombola, dois grandes desafios foram lançados ao Planapo: (1) revisão da Instrução Normativa que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, por entender que esta dificulta o processo de demarcação de terras

quilombolas; e (2) a elaboração do I Plano Estratégico Nacional de Titulação dirigido à finalização de todos os mil duzentos e noventa procedimentos administrativos de titulação de territórios quilombolas instaurados pelo INCRA, com indicação das ações de curto, médio e longo prazo requeridas para sanar a demanda.

Além da reforma agrária, damos destaque também a abordagem agroecológica no âmbito das demais políticas de governança fundiária, como o crédito fundiário, perpassando pela regularização fundiária, os ordenamentos fundiários e territorial, o mercado de terras e as políticas agrícolas de fomento à produção. A terminologia governança pode ser definida, segundo as diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO, como, a totalidade de interações das quais participam governos, iniciativa privada e organizações sociais, dirigidas a resolver conflitos e criar oportunidades.

Para dar uma nova dimensão à governança fundiária, o crédito fundiário vem atuando em parceria com estados e sociedade civil, utilizando-se de elementos que permitam maior transparência e controle social e estimulando ações junto aos agricultores(as) em seus sistemas produtivos, a partir de bases sustentáveis, que propiciem dinamização das cadeias produtivas, garantindo incremento na renda e melhoria na qualidade de vida das famílias beneficiárias.

Cumprir destacar que o Programa Nacional de Crédito Fundiário, como política pública de acesso à terra, vem introduzindo, em suas ações e metodologias de trabalho, bem como na implementação de políticas públicas, o enfoque agroecológico como elemento central do desenvolvimento das famílias, atendendo uma significativa parcela da população anteriormente excluída e em situação de extrema pobreza.

Em relação às ações de regularização fundiária, cabe destacar a importância do conhecimento e da gestão da malha fundiária e do território, a partir da existência de um cadastro seguro e confiável de imóveis rurais, georreferenciado, integrado e atualizado. A atual gestão do território, com o conhecimento da malha fundiária e pelo trabalho de reconhecimento da titularidade e registro de imóveis rurais, exerce um importante papel na consolidação da agricultura familiar, como geradora de renda e autonomia das famílias.

As políticas de reforma agrária, crédito fundiário e regularização fundiária representam ferramentas importantes para o exercício de uma boa governança fundiária num contexto territorial.

Cabe destacar que está em fase de normatização nas ações da Ater para o Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, estabelecer diretrizes com bases agroecológicas que orientem um novo modelo de desenvolvimento agrícola sustentável com produção de alimento saudável e ambientalmente justo, focado no tratamento de resíduos e dejetos de animais com possível aproveitamento energético; na gestão da unidade produtiva, compatibilizando a implantação de sistemas produtivos sustentáveis com os recursos naturais e financeiros disponíveis e incentivando os agricultores(as) familiares no uso de prática de manejo agroecológico e conservação de solo e água nos sistemas produtivos e na transição para o uso de insumos produtivos sustentáveis, de forma a diminuir possíveis impactos negativos a saúde da família e no meio ambiente e estimulando a adoção de tecnologias sustentáveis e adequadas às diferentes atividades produtivas desenvolvidas pelos(as) agricultores(as) familiares.

Destaque-se como principal desafio a necessidade de formação do público da reforma agrária, do crédito fundiário e da regularização fundiária, de forma a identificar os espaços propícios para desenvolvimento da agroecologia e suas necessidades, levando em consideração a diversidade dos territórios, sua dimensão e distribuição no espaço agrário.

SOCIOBIODIVERSIDADE

Para o Secretariado da Convenção da Diversidade Biológica da Organização das Nações Unidas (SCDB/ONU), a biodiversidade é fundamental para as populações, pois sustenta grande variedade de serviços ecossistêmicos dos quais as sociedades humanas dependem. Assim, as diversidades cultural e biológica estão intimamente interligadas. A biodiversidade ocupa espaço central em diversas culturas e religiões e, usualmente, a maneira como os recursos naturais são explorados e manejados influenciam a conservação da biodiversidade.

Para a FAO/UNESCO (1992)¹, a diversidade cultural humana deve ser considerada parte da biodiversidade, na medida em que alguns de seus atributos “representam ‘soluções’ aos problemas de sobrevivência em determinados ambientes”. A diversidade cultural seria manifestada “pela diversidade de linguagem, de crenças religiosas, de práticas de manejo da terra, na arte, na música, na estrutura social, na seleção dos cultivos agrícolas, na dieta e em todos os outros atributos da sociedade humana.”

No Brasil, a sociobiodiversidade é composta por indígenas, quilombolas, castanheiros, seringueiros, ribeirinhos, caiçaras, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, catingueiros, geraizeiros, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, camponeses, que compõem os Povos e Comunidades Tradicionais - PCT.

Suas principais características em comum são o extrativismo e a sua dependência para com a floresta, nas suas mais diferentes formas. Se por um lado a maior causa de perda da biodiversidade é o desflorestamento, por outro, os modos de vida e a integração dos extrativistas ao meio ambiente têm sido frequentemente associados à proteção da biodiversidade.

Os sistemas de conhecimento tradicionais e extrativistas são construídos ao longo dos séculos de convivência com o meio ambiente. Daí a importância da manutenção dessas populações naqueles locais em que foi construída a sua identidade. Para isso é fundamental o conhecimento sobre as populações residentes nas Unidades de Conservação e outras áreas de interesse ambiental para se assegurar que o marco legal abra espaço para a manutenção de suas formas de produção e reprodução em seus locais de origem.

Ao longo dos anos, os povos e comunidades tradicionais criaram uma identidade que permitiu que essas populações construíssem uma agenda de demandas compartilhada com o governo. Esse processo resulta no sancionamento do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais

¹ Disponível em <https://portals.iucn.org/library/node/10371>, acesso em 26/04/2016.

(PNDSPCT) e determina a elaboração do Plano Nacional para a Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB).

A construção do PNPCPS segue então orientada a partir de informações obtidas em seminários que identificaram diversos produtos regionais como açaí, piaçava, carnaúba, babaçu, castanha-do-brasil, borracha, copaíba, andiroba, pequi e buriti, subsidiando a definição dos arranjos produtivos que deveriam ser priorizados. O termo “produtos da sociobiodiversidade”, é cunhado a partir dos seminários regionais significando “Bens e serviços (produtos finais, matérias-primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores(as) familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem”.

Esse esforço inclui uma estratégia bem sucedida de promoção junto ao mercado comprador e aos consumidores que resulta no aumento da visibilidade do conceito “sociobiodiversidade” e dos produtos extrativistas. Como parte desse processo, a Praça da Sociobiodiversidade é uma das ações que merece destaque por ter favorecido o diálogo com o setor empresarial.

Também foram determinantes os programas de compras governamentais destacando-se PAA, PNAE e a criação da PGPMBio. Foram lançados editais de ATER diferenciados por região, público e produtos prioritários e o CNS e o MIQCB se tornaram emissores de DAP auxiliando o acesso ao crédito do Pronaf.

Como resultado de todo esse esforço, consolida-se a visibilidade dos produtos extrativistas junto ao mercado consumidor, passando em curto período de tempo, de um consumo local em pequena escala, para a obtenção e distribuição desses produtos encontrados hoje nas prateleiras dos supermercados. O reconhecimento de seu valor nutricional, social e ambiental os consolida como itens relevantes na alimentação escolar de suas regiões de origem.

A enorme identidade dos PCT com a política de agroecologia e produção orgânica resultou na transferência de energia anteriormente destinada ao PNPSB para a criação de novas sinergias já no âmbito do Planapo.

As diferentes ações voltadas para a sociobiodiversidade que já vinham sendo executadas no Planapo ganham força neste novo ciclo de planejamento. Dessa forma, os recursos do PPA organizados no PNPSB passam a ser executados pelo Planapo, no Eixo Sociobiodiversidade, criado para assegurar a continuidade e a expansão da articulação institucional, construída em torno dos PCT e dos produtos da sociobiodiversidade.

As discussões do Planapo, realizadas no âmbito da Subcomissão Temática de Sociobiodiversidade da CNAPO e da Câmara Temática de Sociobiodiversidade da CIAPO, levaram ao estabelecimento de um núcleo de ações que tratam, em primeiro lugar, da disseminação de conhecimentos e informações que demonstrem a importância da sociobiodiversidade e dos PCT e ampliem a visibilidade e o consumo dos produtos da sociobiodiversidade. Haverá também esforço para fortalecer as formas tradicionais de organização social e produtiva e fomentar o uso e a conservação da biodiversidade e promoção do extrativismo e agroextrativismo sustentável.

Para isso, será necessário investir no aprimoramento e na ampliação da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) e da formação profissional dos PCT e no aperfeiçoamento da infraestrutura de beneficiamento e distribuição dos produtos da sociobiodiversidade, permitindo ampliar a inserção dos produtos da sociobiodiversidade nos mercados institucionais e mercados diferenciados locais, regionais e internacionais.



DIRETRIZES E IMPLICAÇÕES DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

As diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que são também aquelas que orientam a elaboração e execução do Planapo, são as seguintes, de acordo com o art. 3º do Decreto nº 7.794/2012:

I – promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde;

II – promoção do uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar de proprietários e trabalhadores;

III – conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção;

IV – promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

V – valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas;

VI – ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; e

VII – contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres.

A internalização destas diretrizes requer um elevado grau de articulação da Pnapo com outras agendas e pautas de políticas públicas. De fato, a Pnapo visa articular ações de apoio à produção, consumo e comercialização de alimentos agroecológicos e orgânicos, além de programas conexos nas áreas de conhecimento, cultura e preservação ambiental. Nesse sentido, atua conjuntamente na construção e reforço de políticas como assistência técnica e extensão rural, segurança alimentar, reforma agrária, mudanças climáticas, dentre outras, além de ser fortalecido pela estruturação e avanço em tais agendas.

Cabe ressaltar, nesse aspecto, que com o fortalecimento da agroecologia como política pública, especialmente após 2012, avança-se na ampliação do acesso a recursos públicos para a produção primária e na criação de instrumentos de desenvolvimento rural específicos para a

agricultura familiar orgânica e sob base agroecológica. Nesse sentido, os instrumentos de Ater, crédito e comercialização para a agricultura familiar sofrem ajustes com o fim de se adaptarem aos sistemas de produção agroecológicos e orgânicos.

De outra forma, a agroecologia passa a ter um papel fundamental na configuração de diversas políticas públicas, com destaque para a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pnater, que se pauta pela “adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis”.

Outra agenda importante que se interconecta com a Pnapo é a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que tem como uma de suas diretrizes a promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.

Também é relevante mencionar a interface com o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (PNDRSS) que tem como um de seus objetivos a consolidação e o fortalecimento dos espaços internacionais, regionais e multilaterais, a agenda do desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar e agroecológica, e também a promoção do etnodesenvolvimento, valorizando a agrobiodiversidade e os produtos da sociobiodiversidade, além de seus objetivos específicos voltados para a valorização dos jovens e mulheres.

O marco legal da reforma agrária apresenta elevada correlação com o Planapo. O II Plano Nacional de Reforma Agrária, no capítulo referente à “integração produtiva e desenvolvimento territorial sustentável” faz menção à produção agroecológica, estabelecendo que a criação e o desenvolvimento dos novos assentamentos, a partir do II Plano, deverão se orientar por um projeto regional produtivo associado a um plano de desenvolvimento territorial, definido conjuntamente com os beneficiários e acompanhado pela assistência técnica. Significará uma oportunidade para ampliar a oferta de alimentos na região e para promover a diversificação produtiva, tanto em função da matriz tecnológica proposta – produção agroecológica – como em função da destinação dos seus produtos e subprodutos – alimentos e geração de energia. Além disso, também prevê que o Incra implementará a reforma agrária de forma a fiscalizar a função social dos imóveis rurais, contribuindo para a capacitação dos assentados, o fomento da produção agroecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas. O manual do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) prevê, em relação às diretrizes específicas da residência agrária e mestrados, que os cursos devem aprofundar a reflexão teórica e prática dos temas agroecologia e sustentabilidade.

O Programa Economia Solidária também se relaciona com a Pnapo em mão dupla. Do total dos Empreendimentos Econômicos Solidários identificados no Sistema Nacional de Economia Solidária, mais de 60% se declaram como agroecológicos, e o Plano Nacional de Economia Solidária estabelece como uma de suas diretrizes o estímulo à organização dos(as) produtores(as) focada na agroecologia. Por outro lado, uma das diretrizes da Pnapo determina a necessidade de promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção fundamentados em relações comerciais transparentes, na aproximação entre produtores e consumidores.

As ações abrangidas pelo Planapo também contribuem para o alcance dos objetivos previstos na Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC). A PNMC contempla a promoção

de ações e tecnologias adaptadas e de mitigação às mudanças climáticas, visando à redução dos impactos advindos de eventos extremos, especialmente em regiões mais críticas ou vulneráveis. Nesse âmbito, dialoga diretamente com as ações de fortalecimento dos sistemas de produção agroecológico previstos na Pnapo, que induzem ao aumento da resiliência da agricultura às mudanças climáticas, ao promoverem o manejo adequado dos solos, da água e das florestas e o fomento e indução do uso sustentável da biodiversidade, baseado em práticas extrativistas sustentáveis. Além disso, o Planapo contribui para a mitigação das emissões de carbono, ao promover o uso de fontes energéticas renováveis, associado a tecnologias de melhoria da eficiência produtiva e ao estimular e apoiar práticas de manejo e conservação de solos. Cabe citar ainda, os efeitos benéficos ao meio ambiente indiretamente gerados pela política de agroecologia por meio de ações de apoio ao beneficiamento e à comercialização dos produtos da sociobiodiversidade, que tem contribuído para a conservação e o fortalecimento das práticas utilizadas por povos e comunidades tradicionais, integradas a cada ecossistema particular.

Com efeito, há um amplo espectro de possibilidades de ações inovadoras a serem aprofundadas no campo da política de agroecologia e que podem contribuir para a adequação ambiental do agricultor familiar, tornando-o um forte aliado do poder público na implementação dos compromissos assumidos no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em especial no que se refere à redução do desmatamento ilegal, à promoção das fontes renováveis de energia e à conservação das paisagens florestais.

Cabe ressaltar que o PLANAPO possui forte conexão com as áreas de abrangência das três Convenções das Nações Unidas que foram destaque na Rio+20 (Mudanças Climáticas, Conservação da Biodiversidade e Combate à Desertificação) e apresenta elementos consistentes para a construção de um modelo agrícola sustentável, que possa alcançar a produção de 70% dos alimentos do brasileiro gerados pela agricultura familiar e que viabilize alternativas para o uso sustentável dos 89.213.122 ha milhões de hectares de florestas nativas existentes no país nos imóveis rurais, fora de áreas de preservação permanente e de reserva legal, registrados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental – SICAR até abril de 2016.

Cabe registrar que diversos estudos têm buscado a fundamentação da resiliência socioecológica na agroecologia, a partir de diversos exemplos de agricultura de pequena escala que mantêm a resiliência de seus agroecossistemas. Nesta linha, sobressai a importância de que, ao longo do período 2016-2019, a estrutura de gestão do Planapo crie estratégias para a aproximação do Plano com a agenda ambiental, particularmente com a Política Nacional de Mudanças do Clima (PNMC). Cabe destacar que contribuirá nesta tarefa a realização de iniciativa de responsabilidade do MMA, que conta com a parceria da Articulação Nacional de Agroecologia e da Embrapa, para a realização de estudos com o objetivo de avaliar os impactos dos sistemas agroecológicos sobre os serviços ecossistêmicos no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC) do Brasil, e que contribuirá para a socialização e divulgação dos benefícios ambientais da agroecologia e da produção orgânica.

Considerando o conceito ampliado de saúde e o referencial teórico da sua promoção como estratégias de nível individual e também coletivo, os objetivos da Pnapo comunicam-se com importantes políticas no âmbito do SUS. Dentre elas, destaca-se a Política Nacional de Promoção da Saúde que tem por objetivo promover a equidade e a melhoria das condições e modos de viver,

ampliando a potencialidade da saúde, reduzindo vulnerabilidades e riscos decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais.

A Pnapo se relaciona também com a Política Nacional de Saúde do Trabalhador(a) e com a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, cujo objetivo é melhorar o nível de saúde dessas populações, por meio de ações e iniciativas que reconheçam as suas especificidades, favorecendo o amplo acesso aos serviços de saúde, à redução de riscos decorrentes de processos de trabalho e à melhoria da sua qualidade de vida. Comunica-se ainda com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, cujo objetivo é garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, de forma a promover o uso sustentável da biodiversidade e o desenvolvimento da cadeia produtiva.

Além desses enlaces mais diretos, outros esforços do governo federal contribuem para construção e consolidação de políticas e programas de apoio à agroecologia e à produção orgânica, podendo-se destacar: i) o Programa Nacional de Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade e o Programa Nacional de Combate à Desertificação; ii) o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais; iii) o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica; iv) as linhas de pesquisa e tecnologia relacionadas à agroecologia, desenvolvidas pela Embrapa, organizações estaduais de pesquisa e universidades; v) o ensino formal com enfoque agroecológico fomentado pelo Ministério da Educação; vi) a Política Geral de Preços Mínimos; vii) os programas de compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar; viii) a Política Nacional de Educação Ambiental e Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar; e ix) o Programa Cisternas.

Atualmente não há instrumento normativo que oriente e estabeleça governança para o tema de aproveitamento de energias renováveis pela agricultura familiar. Está previsto no PPA 2016-2019 a elaboração e implementação pelo MDA do Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia pela Agricultura Familiar que dialogará com as diretrizes da Pnapo, no que se refere ao uso e conservação de recursos naturais.



EIXOS, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS, METAS E INICIATIVAS

Eixo 1 – Produção

Estratégias

- Estabelecer marco conceitual e normativo sobre produção de base agroecológica e transição agroecológica reconhecendo a agricultura urbana e periurbana.
- Ajustar marcos legal, normativo e operacional, utilizados pelos agentes bancários operadores do crédito rural.
- Desenvolver mecanismos de financiamentos e subvenções econômicas por meios bancarizados e não bancarizados consolidar os mecanismos desenvolvidos no Planapo.
- Elaborar referências de preços adequados aos produtos orgânicos e de base agroecológica.
- Regulamentar corretivos e condicionadores importantes para a produção orgânica e de base agroecológica.
- Contribuir para a agilização do registro de produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica.
- Viabilizar a segurança hídrica, para consumo e produção, com foco no fortalecimento das iniciativas locais da sociedade civil.
- Adequar mecanismos de apoio e fortalecer as organizações econômicas da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e micros e pequenos empreendimentos rurais da agricultura urbana e periurbana.
- Adequar regulamentos sanitários e de inspeção para atender pequenas e médias unidades de processamento de produção orgânica e de base agroecológica.
- Continuar o esforço de ajuste do seguro de renda na agricultura adequado à produção orgânica e de base agroecológica não necessariamente vinculado ao crédito.
- Orientar a elaboração de novos Projetos de Infraestrutura e Serviços dos Territórios - PROINF a partir dos princípios da agroecologia, tomando-os como prioritários.

Objetivo 1 - Ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica, tendo como público prioritário agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e suas organizações econômicas, micro e pequenos empreendimentos rurais, cooperativas e associações, considerando também os da agricultura urbana e periurbana.

- Assegurar em todas as atividades de capacitação previstas no Plano a abordagem dos direitos e políticas referentes ao tema para as mulheres.
- Garantir a participação paritária entre agricultores e agricultoras participantes das ações de formação, capacitação e qualificação do PLANAPO.
- Garantir a participação de no mínimo 30% de mulheres na equipe técnica das ações de formação e capacitação.
- Promover a transição e produção de base agroecológica das mulheres por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, revendo suas diretrizes, formas e instrumentos de organização, espaços das instâncias de gestão e participação social.

Meta 1. Elaborar e implantar instrumento de identificação de sistemas de produção de base agroecológica e transição agroecológica.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física			Fonte
				2016	2017	2018	
Elaborar normativa que identifique sistemas de produção de base agroecológica e transição agroecológica, em conjunto com a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).	MDA	MAPA, MCTI, MDS, MEC, MF, MMA, MS, SG-PR	Normativa elaborada	1			N/A
Elaborar e implantar instrumento de identificação de sistemas de produção de base agroecológica e transição agroecológica, em conjunto com a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).	MDA	MAPA, MCTI, MDS, MEC, MF, MMA, MS, SG-PR	Instrumento de identificação implantado	1			N/A

Meta 2. Viabilizar o acesso de agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, incluindo os da agricultura urbana e periurbana, e os produtores orgânicos, às políticas e instrumentos de financiamento, seguro e segurança de renda, adequadas aos sistemas de produção de base agroecológica, à produção orgânica, e da sociobiodiversidade.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física			Fonte	
				2016	2017	2018		2019
Efetivar 2 mil operações de crédito rural no conjunto das linhas do PRONAF de projetos de produção orgânica e de base agroecológica, destinando 35% das operações efetivadas e 20% do volume total para mulheres e 20% para jovens.	MDA		Número de contratos	500	500	500	500	Crédito Agrícola
Orientar 4.000 técnicos(as) de ATER, agentes financeiros e integrantes de sindicatos e movimentos de trabalhadores(as) rurais acerca das linhas de crédito relacionadas aos sistemas de produção orgânica e de base agroecológica.	MDA	MAPA	Número de beneficiários	1.000	1.000	1.000	1.000	AÇÃO 2100
Desenvolver um modelo de cobertura no Seguro da Agricultura Familiar melhor adaptado à agricultura de base agroecológica e orgânica.	MDA		Modelo desenvolvido	1				AÇÃO 210V
Desenvolver novas metodologias de zoneamento agrícola para viabilizar a inclusão de culturas que tenham importância regional e para a agricultura familiar.	MDA	MAPA	Metodologia criada e implementada				1	AÇÃO 210V
Ajustar e aperfeiçoar as linhas de crédito do Pronaf Agroecologia e Floresta para projetos de produção orgânica e de base agroecológica e produtos da sociobiodiversidade, considerando diferencial positivo a bônus de adimplência, prazos e carências, juros, ATER embutida e riscos financeiros.	MDA, MF		Linhas de crédito ajustados	1	1			N/A
Capacitar 500 técnicos(as) executores(as) das chamadas de Ater, lideranças e agricultoras sobre linhas de financiamento específicas para as mulheres, com foco na produção orgânica e de base agroecológica.	MDA		Pessoas capacitadas	150	150	200	0	AÇÃO 2100
Identificar fundos de apoio à agroecologia e incentivar parcerias para o direcionamento de recursos a iniciativas da sociedade civil de promoção da agroecologia e da produção orgânica.	SG-PR		Parceiros identificados	1	1	1		N/A

Meta 3. Viabilizar o acesso de agricultores(as) familiares, assentados(as) de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e de produtores(as) orgânicos a políticas públicas gerais que estimulem a produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade pactuadas entre governo e sociedade civil.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física	Fonte
Destinar 30% dos recursos do Terra Sol para projetos de agroindustrialização e beneficiamento de base agroecológica ou de produtos da sociobiodiversidade, garantindo que pelo menos 40% dos projetos sejam exclusivos de mulheres.	INCRA		Percentual de recursos aplicados	30% 30% 30%	Financiamento OOG7 BNDES
Instituir o Programa Nacional de Fomento à Agroecologia para a agricultura familiar.	MDA		Programa instituído	1	N/A
Promover o fortalecimento e a ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica, no âmbito do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica – ECOFORTE.	MDA, SG-PR	CONAB, Embrapa, MAPA, MDS, MMA	Redes fortalecidas e ampliadas	20	Financiamento OOG7 BNDES

Meta 4. Alcançar, no mínimo, 33.000 unidades de produção controladas adequadas aos regulamentos brasileiros para a produção orgânica, priorizando a agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física			Fonte	
				2016	2017	2018		2019
Ampliar a quantidade de produtores(as) habilitados(as) ao acesso a políticas públicas para a produção orgânica em virtude de inclusão no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.	MAPA	INCRA	Produtores(as) incluídos no Cadastro Nacional	14.000	19.000	25.000	33.000	AÇÃO 8606
Promover a qualificação de técnicos(as), agricultores(as) e extrativistas sobre os procedimentos necessários à regularização no âmbito de legislação de orgânicos, articulada às chamadas de Ater no PLANAPO.	MAPA	MDA, MMA, MCTI, MEC	Técnicos(as) e agricultores(as) qualificados/as	350	850	1700	2750	AÇÃO 8606, AÇÃO 2135
Apoiar a organização e qualificação de grupos de produtores(as) em controle social por meio de 20 organismos participativos de avaliação da conformidade orgânica (SPG) e 250 organizações de controle social (OCS), para a regularização e atuação na rede de produção orgânica.	MAPA	MDA, INCRA, MMA	SPG e OCS apoiados	34	55	85	96	AÇÃO 8606
Criar meios para estabelecer acordos de parceria e pelo menos 5 convênios entre o Governo Federal e as Unidades da Federação para fomento, cadastramento e fiscalização de Organizações de Controle Social (OCS).	MAPA		Acordo Firmado		1	2	2	AÇÃO 8606
Apoiar agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, organizados em grupos, na obtenção de garantia de qualidade orgânica da Unidade de Produção Familiar, de forma a serem incluídos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.	MDA		Número de agricultores(as) familiares no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos	5.000	5.000	5.000	5.000	AÇÃO 210V
Aperfeiçoar e manter atualizada a base de dados de informações da produção orgânica (Cadastro Nacional da Produção Orgânica) para o controle, disponibilização e divulgação de dados e estatísticas sobre a produção orgânica brasileira.	MAPA		Divulgação de relatórios mensais	12	12	12	12	AÇÃO 8606
Apoiar o funcionamento da Subcomissão Temática de Produção Orgânica e das 27 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação.	MAPA	MDA, MMA, MS, MCTI, MF	Reuniões apoiadas com ATAs disponibilizadas	112	112	112	112	AÇÃO 8606

Meta 5. Promover a autonomia econômica das mulheres rurais, reconhecendo seu protagonismo na agroecologia e produção orgânica, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
Atender 1.500 grupos produtivos de mulheres rurais com ações integradas de Ater, crédito, comercialização e gestão, fortalecendo a produção agroecológica.	MDA		Grupos atendidos	500	500	500	0	AÇÃO 210W
Atender 15.000 agricultoras familiares com Ater específica para mulheres.	MDA		Mulheres atendidas	5.000	5.000	5.000		AÇÃO 210W
Atender 12.500 mulheres rurais em situação de vulnerabilidade social, fomentando suas atividades específicas, com foco na agroecologia.	MDA		Mulheres atendidas	4.000	4.300	4.200		AÇÃO 210W, AÇÃO 20GD
Implementar 20.000 quintais produtivos para apoio à produção e à transição agroecológica dos alimentos produzidos pelas mulheres.	MDA		Quintais implementados	20.000				AÇÃO 210W
Articular a oferta de Ater específica para 8.000 mulheres rurais com outras políticas públicas, especialmente ao crédito PRONAF e mercados institucionais (PAA e PNAE), com foco na agroecologia.	MDA		Mulheres atendidas	2.000	3.000	3.000		AÇÃO 2100
Realizar pesquisa sobre o acesso das mulheres às políticas públicas para o meio rural.	MDA		Pesquisa realizada		1			AÇÃO 210W
Inserir grupos produtivos de mulheres em mercados institucionais, justos e solidários e promover feiras feministas.	MDA		Grupos inseridos em mercados	150	200	150		AÇÃO 210W
Apoiar a articulação de 200 grupos produtivos de mulheres em redes.	MDA		Grupos apoiados	50	50	50	50	AÇÃO 210W
Ampliar o acesso das mulheres ao Programa de Fomento Mulher para produção de base agroecológica.	INCRA		Projetos apoiados	15.000	15.000	15.000	15.000	AÇÃO O427
Apoiar ações de fortalecimento da produção, seleção, uso, conservação e troca de recursos genéticos de interesse para produção orgânica/agroecológica e de produtos da biodiversidade entre grupos de mulheres, nos editais do Programa de Organização Produtiva e de Ater para Mulheres.	MDA		Atividades apoiadas	2	2	2	2	AÇÃO 210W

Meta 6. Criar e implementar programa nacional de insumos apropriados à produção orgânica e de base agroecológica (Programa Bioinsumos).

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física			Fonte
				2016	2017	2018	
Criar um GT para, no prazo de até 6 meses, elaborar a proposta do Programa Bioinsumos.	MAPA	MCTI, Embrapa, IBAMA, ANVISA	Proposta elaborada	1			N/A
Contratar 400 estudos e testes dirigidos ao estabelecimento de especificações de referência para viabilizar o registro simplificado de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica.	MAPA	MCTI, Embrapa, IBAMA, ANVISA	Estudos realizados	0	100	150	ACÃO 8606
Viabilizar a realização de estudos e testes de eficiência agrônômica para 50 agentes de controle biológico.	MAPA	Embrapa	Testes realizados		10	20	ACÃO 8606
Regularizar 50 especificações de referência para orientação da produção e registro simplificado de produtos fitossanitários para uso na produção orgânica.	MAPA	ANVISA, IBAMA	Especificações regulamentadas	12	12	13	ACÃO 8606
Ajustar e publicar pelo menos 10 regulamentos diretamente relacionados à produção orgânica ou a produtos e processos importantes para o setor.	MAPA		Regulamentos publicados	2	3	2	ACÃO 8606
Ajustar e publicar pelo menos 5 regulamentos diretamente relacionados à produção de insumos destinados a produção orgânica e de base agroecológica, de forma a viabilizar e simplificar os seus registros.	MAPA	ANVISA, IBAMA	Regulamentos publicados	1	2	1	N/A
Promover 12 eventos e elaborar 110 publicações técnicas dirigidas a ampliar e qualificar a produção e uso de bioinsumos adequados à produção orgânica, de base agroecológica e à sociobiodiversidade.	MAPA	Embrapa, MS, ANVISA, MDA, INCRA, MCTI, MMA, IBAMA, MEC, SG-PR, MDS	Eventos promovidos e publicações elaboradas	1 Evento, 9 Publicações	3 Eventos, 41 publicações	4 Eventos, 40 publicações	ACÃO 8606
Criar e manter atualizado um catálogo dos insumos aprovados para uso na produção orgânica e de base agroecológica, disponibilizado ao público em meios eletrônico e impresso.	MAPA, MDA	IBAMA	Catálogo criado, atualizado e disponibilizado	1	1	1	ACÃO 210V

Meta. Continuação.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física			Fonte
				2016	2017	2018	
Promover pelo menos uma campanha anual, de âmbito nacional, para a divulgação e ampliação do uso de bioinsumos na agricultura.	MAPA	Embrapa, MS, ANVISA, MDA, INCRA, MCTI, MMA, IBAMA, MEC, SG-PR, MDS	Campanhas realizadas	1	1	1	AÇÃO 8606
Realizar levantamento identificando os gargalos para a produção e uso de bioinsumos, considerando os aspectos legislativo, tecnológico, mercadológico, de políticas públicas, dentre outros.	MAPA, MDA	ANVISA, IBAMA, INCRA, MCTI	Levantamento realizado	1			AÇÃO 210V
Realizar levantamento identificando experiências nacionais e internacionais relativas a programas e políticas de estímulo à produção e uso de bioinsumos.	MAPA	ANVISA, IBAMA, MDA, INCRA, MCTI	Levantamento realizado	1			AÇÃO 8606
Realizar levantamentos e sistematização de conhecimentos científicos e empíricos relacionados à produção e uso de bioinsumos para a agricultura.	MAPA, MDA	ANVISA, IBAMA, INCRA, MCTI, MEC	Levantamentos realizados	1	1	1	AÇÃO 210V
Promover treinamento e formação para qualificação de 5.000 agentes de Ater, agricultores(as) e assentados(as) da reforma agrária, dirigidos à produção e uso de bioinsumos.	MAPA, MDA, INCRA	Embrapa, MS, ANVISA, MDA, INCRA, MCTI, MMA, IBAMA, MEC	Agentes de Ater, agricultores(as) e assentados(as) de reforma agrária qualificados(as)	500	1.000	1.500	AÇÃO 2100
Apoiar o processo de incubação para 60 empresas produtoras de bioinsumos para a agricultura orgânica e de base agroecológica.	MAPA	Embrapa, MCTI, MEC	Empresas incubadas		10	20	AÇÃO 8606
Criar e disponibilizar listagem nacional de laboratórios habilitados para a realização de análises de bioinsumos.	MAPA	ANVISA, IBAMA, MCTI	Listagem criada e disponibilizada		1		AÇÃO 8606
Apoiar a qualificação profissional de 1.000 técnicos(as) para atuação em pesquisa, assistência técnica e produção de bioinsumos.	MAPA	ANVISA, IBAMA, MDA, INCRA, Embrapa, MCTI, MMA, MEC	Técnicos(as) qualificados		300	300	AÇÃO 8606

Meta 7. Implementar e monitorar o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física			Fonte	
				2016	2017	2018		2019
Instituir e monitorar o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA), em articulação com a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).	MDA	MF, SG-PR, MDS, MCTI, MMA, MEC, MS, MAPA	PRONARA instituído e monitorado	1	1	1	1	N/A
Elaborar diretrizes para o reconhecimento de Zonas Livres de Transgênicos e Agrotóxicos, especialmente em regiões de forte presença da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, territórios de povos e comunidades tradicionais, unidades de conservação e seu entorno.	MDA, SG-PR	FUNAI	Diretriz elaborada	1				N/A

Meta 8. Elaborar proposta de agroecologia e produção orgânica para ser incorporada ao Plano de Agricultura Urbana e Periurbana da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física			Fonte	
				2016	2017	2018		2019
Constituir comissão mista (Consea, Condraf e CNAPO) para elaboração da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana de Base Agroecológica.	SG-PR	MDS, MDA, CONSEA, CONDRAF, MAPA, MCTI	Plano elaborado		1			N/A
Elaborar diretriz para orientação e organização das ações de promoção da agricultura urbana e periurbana.	MDA		Diretriz elaborada	1				N/A

Meta 9. Ajustar, criar e publicar regulamentos técnicos e legislações adequados à promoção da segurança sanitária na produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física			Fonte	
				2016	2017	2018		2019
Elaborar plano de ação para promover inclusão produtiva com segurança sanitária, priorizando sistemas de produção de base agroecológica.	ANVISA		Plano de ação elaborado	1				N/A
Elaborar plano de trabalho de revisão e adequação de normas sanitárias incidentes sobre os elos das cadeias de produtos da sociobiodiversidade no âmbito federal, estadual e municipal.	ANVISA	MDA, MMA	Plano de trabalho elaborado	1				N/A

Eixo 2 – Uso e Conservação de Recursos Naturais

Estratégias

- Qualificar as organizações econômicas para a produção de sementes e mudas.
- Ampliar o acesso a crédito e seguro para a produção de sementes e mudas.
- Adequar a legislação de sementes à realidade das variedades de interesse à produção orgânica e de base agroecológica, garantindo o exercício do direito dos agricultores ao livre uso da agrobiodiversidade.
- Fomentar redes territoriais voltadas ao resgate, conservação in situ, on farm e uso livre de variedades crioulas, locais e tradicionais.
- Qualificar os serviços de ATER e fomentar o manejo da agrobiodiversidade e o Manejo florestal integrado de uso múltiplo nos biomas caatinga, cerrado e Amazônia.
- Articular as ações do Planapo com a estratégia de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, e o combate à desertificação.
- Articular com as unidades da federação para o desenvolvimento de atividades de manejo florestal sustentável em áreas suscetíveis de desertificação.
- Capacitar equipe técnica dos órgãos fiscalizadores, fomentadores e de executores de ATER e divulgar tecnologias de uso e manejo sustentável.
- Promover ampla divulgação das formas legais de restauração e manejo de espécies florestais madeireiras e não madeireiras.
- Promover a segurança alimentar e nutricional por meio do fortalecimento da sociobiodiversidade, prioritariamente com povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.
- Reconhecer e valorizar as práticas tradicionais e os saberes associados ao uso e manejo de plantas e ervas medicinais e aromáticas realizadas pelas mulheres.
- Ampliar o acesso das populações tradicionais extrativistas aos territórios de ocorrência de espécies da sociobiodiversidade.
- Garantir e fortalecer a participação da juventude rural nos processos de gestão e conservação dos recursos naturais.
- Buscar meios para reavaliar as medidas de biossegurança com vistas à efetivação de garantias do direito à não contaminação genética.
- Criar e implementar instrumentos adequados para a proteção e desenvolvimento da genética animal de interesse da agroecologia e produção orgânica.
- Promover processos em educação ambiental com enfoque agroecológico voltados para a agricultura familiar, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Objetivo 2 – Promover, ampliar e consolidar processos de acesso, uso sustentável, gestão, manejo, recomposição e conservação dos recursos naturais e ecossistemas em geral.

Meta 10. Implementar iniciativas para o uso, a produção, o manejo, a conservação, a aquisição e a distribuição de recursos genéticos, com acesso facilitado, de interesse da agroecologia e da produção orgânica.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física			Fonte	
				2016	2017	2018		2019
Ampliar e consolidar as ações de apoio à produção, manejo, uso e conservação de sementes crioulas e variedades, por meio da implantação de 1.000 bancos de sementes no Semiárido brasileiro e para povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, assegurando orçamento para o período do Planapo II.	MDS	MDA, FUNAI	Bancos de semente implementados	500	500	500	ACÃO 20GD	
Fortalecer as Redes de Sementes Florestais e os bancos de sementes florestais junto à Rede de Manejo Florestal da Caatinga.	MMA	SFB, ANA	Editais lançados	1	1	1	ACÃO 20VQ, FNDP e Fundo Clima	
Mapear, sistematizar e disponibilizar informações de forma contínua e articulada em redes locais de gestão da agrobiodiversidade sobre a caracterização de recursos genéticos de interesse da agroecologia e produção orgânica.	MDA, MDS	MAPA, MMA	Mapeamento elaborado e disponibilizado	1	1	1	ACÃO 2012	
Elaborar plano de multiplicação, disponibilização e conservação dinâmica de recursos genéticos de interesse da agroecologia e produção orgânica.	Embrapa	MDA, MAPA, MCTI, MEC	Plano elaborado	1	1	1	Embrapa	
Fortalecer sistemas de abastecimento de sementes por meio da compra e distribuição de sementes crioulas, variedades e outros materiais propagativos de culturas para alimentação humana e animal, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fazendo com que o valor destas aquisições atinja 5% dos recursos aplicados anualmente pelo programa, priorizando mulheres, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.	MDS	MDA, CONAB, FUNAI	% recursos do PAA - modalidade Sementes	5%	5%	5%	ACÃO 2798	
Promover arranjo produtivo de pequenos animais no Semiárido, com o fim de conservar e multiplicar a base genética adequada à produção de base agroecológica, buscando atender 2.000 agricultores familiares.	MDA		Número de agricultores(as) familiares em arranjo produtivo	500	1.000	1.500	2.000	ACÃO 210V
Apoiar a estruturação de bancos comunitários de sementes e Unidades de Beneficiamento de Sementes (UBS) de interesse da agroecologia e da produção orgânica, em diversos territórios, estimulando a paridade de gênero na gestão dos bancos.	MDA	MAPA, Embrapa, MDS, MMA, CONAB	Bancos de sementes e UBS estruturados	250	250	250	250	ACÃO 2012, ACÃO 8606, ACÃO 2B81

Meta 10. Continuação.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
Promover o acesso e apoiar projetos que viabilizem a produção e multiplicação de sementes e mudas varietais e crioulas, incluindo ensaios participativos de avaliação de recursos genéticos e de produtos da sociobiodiversidade de interesse da agroecologia, junto às redes territoriais de uso e conservação da sociobiodiversidade, por meio do Programa Nacional de Sementes e Mudas da Agricultura Familiar, favorecendo a participação das mulheres.	MDA	MAPA, SFB	Agricultores(as) familiares inseridos(as) no Programa	18.000	4.000	20.000	4.000	AÇÃO 2012
Apoiar a estruturação de uma rede de mantenedores de cultivares de interesse da produção orgânica e de base agroecológica.	MAPA	Embrapa, MDA, MCTI	Rede apoiada e estruturada	1	1	1	1	AÇÃO 8606
Revisar a Portaria nº 51/2007 - MDA, referente ao registro de sementes, por meio de Grupo de Trabalho Operacional do MDA, com participação de representantes da sociedade civil.	MDA		Portaria revisada	1				N/A
Promover articulação, junto a estados e municípios, para compra de sementes e mudas, no âmbito da modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).	MDA, MDS	MMA, CONAB	Estados e municípios adquirindo sementes e mudas	7	7	6		AÇÃO 2B81
Promover a difusão e melhoria das raças adaptadas à semi-aridez que utilizam o suporte forrageiro da vegetação nativa, assegurando a manutenção das paisagens florestais e evitando o desmatamento para formação de pastagem.	MMA		Processos de comunicação realizados	2	2	2	2	Fundo Clima
Estabelecer mecanismos de incentivo à identificação, produção e conservação de sementes orgânicas adequadas aos sistemas de produção orgânica e de base agroecológica, para as diferentes regiões do país.	Embrapa		Mecanismo de incentivo criado	1	1	1	1	Embrapa

Meta 11. Promover o aproveitamento de fontes renováveis de energia para a agricultura familiar, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, associadas às atividades de base agroecológica.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física			Fonte	
				2016	2017	2018		2019
Elaborar e implementar o Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia pela Agricultura Familiar, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais.	MDA	MME, MCTI, MMA, FUNAI	Empreendimentos da AF, Povos Indígenas e PCTs	10.000	20.000	20.000	20.000	ACÃO 210V
Mapear o potencial de aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar, pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, considerando a demanda existente.	MDA	FUNAI	Mapeamento realizado	1				ACÃO 210V
Sistematizar e difundir, por meio de publicações, capacitações e eventos, informações e instruções para viabilizar o aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar, pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.	MDA		Número de publicações, capacitações e eventos	3	3	3	4	ACÃO 210V
Capacitar Agentes de Ater na geração distribuída (como biogás, eólica, solar e uso de biomassa), entre outras tecnologias.	MDA	MMA, MCTI	Agentes de Ater capacitados	300	300	300	400	ACÃO 210V
Realizar um edital para difusão de fogões eco-eficientes para segurança alimentar e energética familiar, associado aos quintais produtivos.	MMA	MDS, MDA, SFB	Editais realizados e projeto(s) contratado(s)	1				Fundo Clima/ SEDR
Implementar 100 unidades de referência de aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar, pelos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em empreendimentos de base agroecológica.	MDA		Unidades de referência implementadas	10	30	30	30	ACÃO 2100

Meta 12. Propiciar segurança hídrica (acesso, manejo sustentável, conservação e distribuição de água), com base em princípios agroecológicos.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física			Fonte		
				2016	2017	2018		2019	
Implantar 100.000 unidades de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos (Segunda Água) em unidades de produção orgânica e de base agroecológica, garantindo a participação de mulheres na gestão de pelo menos 70% destas unidades.	MDS	MDA	Unidades de tecnologia social	20.000	20.000	40.000	20.000	20.000	ACÃO 8948

Meta 13. Promover ações de apoio à conservação e restauração ambiental.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física			Fonte
				2016	2017	2018	
Financiar projetos para recuperação florestal.	MMA	ANA, SFB	Projetos financiados		20		FNMA, Fundo Sócio Ambiental da Caixa, Fundo de Direitos Difusos
Elaborar proposição de instrumentos normativos, no âmbito da PNAPO, para a regulamentação de temas relativos a conservação, manejo e uso sustentável dos recursos naturais e da sociobiodiversidade.	MMA	SFB, MDA, MDS	Instrumentos normativos elaborados	1			Fundo Clima
Lançar um edital de Ater para a promoção de ações de uso sustentável dos recursos florestais, para a segurança alimentar, hídrica e energética e conservação da paisagem e dos serviços ecossistêmicos.	MMA	MDA, SFB, ANATER, MDS	Editais lançados e projetos contratados	1			Fundo Clima
Implantar plataforma informatizada (Webambiente) e disponibilizar, por bioma, informações sobre espécies, tecnologias e sistemas de produção de mudas e de restauração ambiental.	MMA	Embrapa	Sistema Webambiente implantado e tecnologias sistematizadas				Cooperação Internacional
Apoiar a inscrição de imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural - CAR, incluindo territórios de povos e comunidades tradicionais.	SFB		Imóveis rurais inscritos no CAR	30 000	70 000		Fundo Socioambiental da Caixa
Apoiar a inscrição de imóveis rurais da agricultura familiar no Cadastro Ambiental Rural - CAR, por meio das chamadas de Ater do MDA.	MDA		Imóveis rurais inscritos no CAR	36.340			AÇÃO 210V
Apoiar a implementação dos Programas de Recuperação Ambiental (PRAs) nos Estados.	SFB		Programas estaduais apoiados	10	17		AÇÃO 20WA
Criar e implementar sistema de gestão para as atividades executadas no Programa Assentamentos Verdes (PPA).	INCRA		Sistema de gestão criado e implementado	1			N/A
Atender 1.000 projetos de assentamento pelo Programa Assentamentos Verdes, ampliando a atuação para a Caatinga e o Cerrado (PPA).	INCRA		Número de assentamentos atendidos	250	250	250	AÇÃO 211A

Meta 14. Promover o uso e manejo sustentável dos solos com base em princípios agroecológicos.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física			Fonte
				2016	2017	2018	
Implementar ação de formação técnica de multiplicadores para o Programa de Manejo e Conservação dos Solos, para o controle dos processos erosivos e a promoção de sistemas sustentáveis de produção, visando à segurança hídrica e alimentar.	MMA	MDA, MDS, ANA	Ações de formação técnica realizadas	12	12		Fundo Clima
Implementar unidades tecnológicas de manejo e conservação dos solos com base nos princípios da Agroecologia.	MDA		Unidades implantadas	1	1	1	AÇÃO 210V

Eixo 3 – Conhecimento

Estratégias

- Disponibilizar ATER continuada com enfoque agroecológico e sistemas sustentáveis, valorizando o papel das mulheres e jovens, com enfoque territorial.
- Incentivar a pesquisa, inovação e extensão tecnológica agroecológica nas instituições de ensino e consolidar e ampliar os núcleos e centros vocacionais de ensino, pesquisa e extensão em agroecologia e produção orgânica.
- Continuar o esforço de inserção da agroecologia e a produção orgânica como temas estratégicos na agenda institucional da Embrapa.
- Priorizar a agroecologia e a produção orgânica nos programas de formação e capacitação de professores, pesquisadores e agentes de Ater.
- Intensificar a sistematização da produção acadêmica e científica e do conhecimento agroecológico e a disponibilização de material técnico pedagógico adequado para técnicos, agricultores, produtores e estudantes.
- Construir, aperfeiçoar e desenvolver mecanismos para a inclusão e incentivo à abordagem da agroecologia e produção orgânica nas práticas e movimentos sociais, no mundo do trabalho e das manifestações culturais.
- Aprimorar e integrar o fluxo de informação no âmbito de redes de agroecologia e produção orgânica, em particular nos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA).
- Mapear os grupos de agricultores(as) atendidos(as) pelos serviços de ATER, auxiliando na sua integração com as ações em rede, núcleos de estudos e centros de referência.
- Reconhecer o protagonismo e dar visibilidade às experiências das mulheres na agroecologia
- Constituir referências agroecológicas adequadas para jovens, mulheres, povos e comunidades tradicionais.
- Desenvolver pesquisas sobre contaminação de alimentos e recursos naturais por agrotóxicos articuladas a uma estratégia de comunicação e divulgação nacional e internacional.
- Criar um espaço institucional no Ministério da Educação que articule e fomente ações voltadas para a agroecologia e integre suas diversas unidades e áreas.
- Estabelecer princípios e diretrizes para a educação em agroecologia considerando a pluralidade de iniciativas das instituições de ensino médio e superior.

Objetivo 3 - Ampliar a capacidade de construção e socialização de conhecimentos em Agroecologia e sistemas orgânicos de produção, por meio da valorização da cultura local e intercâmbio de conhecimentos e da internalização da perspectiva agroecológica nas instituições e ambientes de ensino, pesquisa e extensão.

- Apoiar escolas populares/locais de agroecologia, com intercâmbios, disseminação de experiências na sociedade e integração com o PRONERA.
- Promover a participação dos(as) jovens nas ações de formação, pesquisa e extensão e como agentes de ATER.
- Apoiar iniciativas, programas e ações que dinamizem a formação profissional agroecológica e ampliar os programas e projetos de educação do campo, especialmente de residência agrária, com enfoque agroecológico.
- Promover a formação de educadores ambientais e agentes populares de educação ambiental com enfoque agroecológico na agricultura familiar.
- Assegurar ações para a promoção dos meios produtivos e de geração de renda na produção de base agroecológica e orgânica para a juventude rural e suas organizações.
- Promover a troca de conhecimento em produção de base agroecológica e orgânica protagonizada por jovens.
- Desenvolver ações de intercâmbio intergeracional para elaboração de estratégias associativas na produção e geração de renda em produção orgânica e de base agroecológica.
- Fomentar ações de geração de renda em produção orgânica e de base agroecológica que apoiem a permanência de jovens mulheres no meio rural.

Meta 15. Promover serviços de Ater qualificados, na perspectiva agroecológica e de forma continuada, para 1.868.000 famílias da agricultura familiar, assentadas da reforma agrária, extrativistas e pertencentes a povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
Qualificar 20 mil agentes de Ater, garantindo a participação de pelo menos 40% de mulheres entre as pessoas capacitadas.	MDA		Agentes de ATER qualificados	2.000	6.000	6.000	6.000	AÇÃO 2100
Prestar Ater qualificada e continuada para 1,5 milhão de agricultores familiares, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, assegurando que pelo menos 50% do público atendido seja de mulheres e que 30% do orçamento seja destinado a atividades específicas de mulheres.	MDA		Famílias atendidas	240.000	260.000	500.000	500.000	AÇÃO 2100
Prestar Ater qualificada, direcionada e continuada para 368.000 famílias assentadas da reforma agrária e extrativistas, assegurando que pelo menos 50% do público atendido seja de mulheres e que 30% do orçamento seja destinado a atividades específicas de mulheres.	INCRA		Famílias atendidas	65.000	100.000	100.000	100.000	AÇÃO 2105
Implementar plano de formação e qualificação de Agentes de Ater, e estabelecer parcerias garantindo conteúdos e módulos específicos sobre mulheres rurais e gênero.	MDA		Plano implementado		1			N/A
Promover cursos de formação técnica em manejo florestal de uso múltiplo para técnicos de Ater, como forma de promover o uso sustentável da biodiversidade.	MMA	ANATER	Cursos de Formação Técnica	4	4	4	4	SEDR, ANA e Fundo Clima
Incluir nas chamadas públicas de Ater com enfoque agroecológico a oferta de monitoria infantil para viabilizar a participação das mulheres nas atividades coletivas.	MDA		Percentual de chamadas	100%	100%	100%	100%	AÇÃO 2100
Promover cursos e oficinas de capacitação em agroecologia, em parceria com Universidades e Institutos Federais, para técnicos(as) de Ater, servidores(as) do INCRA e famílias assentadas, buscando a participação de, pelo menos, 50% de mulheres.	INCRA		Técnicos(as) de Ater, assentados(as) e servidores(as) capacitados	105	420	735	770	100/176
Promover ações de formação e produção de conhecimento para a transição agroecológica relacionadas ao uso e conservação de recursos naturais.	MMA	MDA, MAPA, ANATER, MDS	Agricultores(as) e agentes de Ater capacitados		300	300	300	1854120368308-0001
Assegurar a formação técnica em manejo florestal de uso múltiplo para técnicos de Ater, como forma de promover o uso sustentável da biodiversidade.	MMA	ANATER	Cursos de Formação Técnica	4	4	4	4	SEDR, ANA e Fundo Clima

Meta 16. Fomentar processos de construção e socialização coletiva do conhecimento em agroecologia, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão rural.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física			Fonte	
				2016	2017	2018		2019
Levantar demandas de agricultores(as) em conhecimento e tecnologias de base agroecológica, com 200 instituições de Ater, 20 órgãos de pesquisa e 100 Núcleos de Estudo em Agroecologia.	MDA	MCTI, CNPq, MAPA, Embrapa	Demandas sistematizadas	3	3	3	3	AÇÃO 2100
Estimular a formação de pelo menos 20 profissionais da Embrapa em programas de pós-graduação em agroecologia, produção orgânica e áreas correlatas.	Embrapa		Profissionais cursando pós-graduação no tema	2	5	7	6	Embrapa
Ampliar o número de projetos de pesquisa, intercâmbio e construção do conhecimento componentes do Portfólio de Sistemas de Produção de Base Ecológica.	Embrapa		Número de projetos em execução no portfólio	60	70	85	100	Embrapa
Estruturar 02 novos arranjos regionais de projetos de pesquisa, intercâmbio e construção do conhecimento em agroecologia e produção orgânica.	Embrapa		Arranjos estruturados	1	1	0	0	Embrapa
Incluir os temas relacionados à agroecologia e produção orgânica nas agendas de prioridades das Unidades Descentralizadas da Embrapa.	Embrapa		Agendas de Unidades Descentralizadas que contemplam Agroecologia	15	10	10	5	Embrapa
Promover ações de sensibilização e formação dos(as) profissionais, gestores(as) da Embrapa e parceiros em agroecologia, gênero e diversidade cultural.	Embrapa		Eventos de sensibilização e/ou cursos de formação realizados	3	6	6	5	Embrapa
Sistematizar 60 experiências com foco nas práticas desenvolvidas nos sistemas de produção agroecológicos, com recorte de gênero, a fim de promover a inovação social junto a agricultores e agricultoras familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.	Embrapa	MDA	Experiências sistematizadas	5	15	20	20	Embrapa
Divulgar o valor nutricional de espécies nativas da flora brasileira, de valor econômico atual ou potencial, e o papel que essas espécies podem desempenhar na promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como na composição de regimes alimentares saudáveis.	MMA	MCTI, INPA	Número de espécies divulgadas	50	70	70	70	AÇÃO 20LU

Meta 16. Continuação.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
Efetivar a participação de 8 mil pesquisadores/as, agentes de Ater e agricultores(as) familiares em redes técnicas de construção e compartilhamento de conhecimento e tecnologias, garantindo a participação de, pelo menos, 50% de mulheres.	MDA	MCTI, CNPq, MAPA, Embrapa	Número de participantes	2.000	2.000	2.000	2.000	AÇÃO 2100
Instituir parceria para fomentar pesquisa, cooperação técnico-científica, desenvolvimento de tecnologias e inovações no uso sustentável da biodiversidade; especialmente em plantas medicinais e fitoterápicos, nas diversas fases da cadeia produtiva, priorizando a participação de mulheres, povos e comunidades tradicionais.	INCRA		Parceria firmada		1			100/176
Promover 200 oficinas temáticas/concertação entre ensino, pesquisa e Ater, visando identificar 7.500 referências para sistemas de produção e processamento de base agroecológica na agricultura familiar.	MDA	MAPA, Embrapa	Referências identificadas	3.000	1.500	1.500	1.500	AÇÃO 2100
Apoiar a continuidade das ações de 100 Núcleos e 5 Redes de Núcleos de Estudos em Agroecologia, em articulação com as instituições da sociedade civil e da rede pública das áreas de ensino, pesquisa e extensão.	MDA	MEC, MAPA, MCTI, MMA	Núcleos e Redes apoiadas	105	105	105	105	AÇÃO 2100
Apoiar financeiramente à implantação e funcionamento de núcleos de estudos em agroecologia e produção orgânica, em instituições de ensino superior e de educação profissional em projetos que articulem as áreas de ensino, pesquisa e extensão.	MAPA	MEC, MDA, MCTI, MMA	Núcleos apoiados	70	100	150	200	AÇÃO 8606, AÇÃO 213S
Implantar e/ou fortalecer espaços de referência tecnológica em agroecologia e produção orgânica em 15 Unidades Descentralizadas da Embrapa, criando áreas demonstrativas de apoio à pesquisa, ensino e extensão.	Embrapa		Espaços de referência implantados e/ou fortalecidos		5	5	5	Embrapa
Implementar 25 novos Núcleos Temáticos de Agroecologia e Produção Orgânica nas Unidades Descentralizadas da Embrapa e OEPAS e fortalecer os existentes.	Embrapa	MDA, MCTI	Núcleos temáticos implementados		15		10	Embrapa
Desenvolver, validar e socializar 500 tecnologias e boas práticas adequadas à produção orgânica e de base agroecológica, adaptadas às realidades locais.	MAPA	MEC, MDA, MCTI, MMA	Tecnologias desenvolvidas e socializadas	210	300	450	500	AÇÃO 8606
Apoiar 260 instituições de ensino superior e profissional para socialização de conhecimentos de base agroecológica e de tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção, apropriados às realidades locais, para educadores, educandos, técnicos e agricultores/as, estimulando o intercâmbio e a formação de redes entre os Núcleos de Agroecologia e Produção Orgânica.	MAPA	MEC, MDA, MCTI, MMA	Instituições de ensino apoiadas	140	180	220	260	AÇÃO 8606

Meta 17. Promover educação com enfoque agroecológico e em sistemas orgânicos de produção, para estudantes, agentes de Ater, produtores/as, agricultores(as) familiares, extrativistas, pescadores(as), assentados(as) de reforma agrária, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres rurais, de acordo com as especificidades regionais.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
Promover educação profissional técnica de nível médio com enfoque agroecológico e em sistemas orgânicos de produção para estudantes da Rede CEFFAs (Centros Familiares de Formação por Alternância), produtores/as, agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres rurais, de acordo com as especificidades regionais.	MEC	MDA, MAPA, MMA	Vagas ofertadas	3.000	7.000	7.000	7.000	AÇÃO 20RG, AÇÃO 6380
Apoiar a oferta de educação em tempo integral (macro-campo de agroecologia) de forma a ampliar gradualmente o atendimento para 5 milhões de matrículas.	MEC		Escolas apoiadas	7.672	8.055	8.457	8.879	AÇÃO 213M
Formar 5000 educandos de nível médio e superior visando a capacitação e formação profissional de trabalhadores(as) rurais em agroecologia e produção orgânica por meio do PRONERA.	INCRA		Alunos(as) matriculados/as	500	1.500	1.500	1.500	210T PO 03
Realizar 15 cursos de formação profissional de trabalhadores(as) rurais, com enfoque em agroecologia e produção orgânica - Residência Agrária, por meio do PRONERA.	INCRA		Cursos contratados	3	4	4	4	210 T PO 02
Ofertar vagas a jovens de 18 a 29 anos por meio de ações voltadas à elevação da escolaridade na educação básica integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação cidadã.	MEC		Vagas ofertadas	1.000	1.000	1.000	1.000	AÇÃO 20GK
Fortalecer e ampliar a linha de agroecologia nos editais do Programa de Extensão Universitária (PROEXT).	MEC		Editais lançados	1	1	1	1	AÇÃO 20GK

Meta 18. Ampliar a formação da juventude em agroecologia e sua participação em processos de educação, produção, gestão e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica e da sociobiodiversidade, visando sua emancipação, permanência e autonomia e contribuindo para a sucessão rural, com atendimento de, pelo menos, 50% de mulheres.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física			Fonte	
				2016	2017	2018		2019
Apoiar a contratação de 70 projetos de desenvolvimento da juventude rural por meio de suas associações e cooperativas.	MDA		Projetos contratados	16	17	18	19	BNDES
Realizar pesquisa sobre juventude rural no Brasil, com destaque para os desafios e as potencialidades da transição agroecológica.	MDA		Pesquisa realizada			1		AÇÃO 2100
Promover Ater agroecológica para 80 mil jovens rurais da agricultura familiar, com foco na pedagogia de alternância e com enfoque territorial.	MDA		Jovens beneficiados	26.000	46.000	66.000	80.000	AÇÃO 2100
Instituir o Programa de Formação Agroecológica e Cidadã, beneficiando 20 mil jovens rurais.	MDA		Jovens beneficiados	3.600	10.000	10.000		AÇÃO 2100

Meta 19. Implementar estratégias de socialização do conhecimento e comunicação, com vistas à ampla disseminação da agroecologia e da produção orgânica e à divulgação de seus benefícios ambientais, sociais e à saúde, frente ao público específico da política e à sociedade em geral.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de execução física			Fonte
				2016	2017	2018	
Mapear e apoiar ações e projetos com foco em saúde do trabalhador e agroecologia, em articulação com CEREST Estaduais e Regionais nas 27 Unidades da Federação.	MS		Mapeamento executado e 27 ações apoiadas	7	10	10	AÇÃO 20YJ
Revisar, organizar e publicar resultados de levantamento relativo aos aspectos botânico-ecológicos e das diferentes possibilidades de uso de espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial das Regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Norte do país.	MMA	Embrapa	Livros publicados	2	4		AÇÃO 20LU
Inserir os conceitos e benefícios ambientais e sociais da agroecologia e da produção orgânica no documento "Diretrizes Nacionais para a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos", a ser publicado e divulgado pelo Ministério da Saúde, de forma a apresentá-las como estratégias para promoção à saúde.	MS		Documento publicado	1			N/A
Elaborar e divulgar a versão revisada do Marco Referencial de Agroecologia da Embrapa.	Embrapa		Marco Referencial de Agroecologia atualizado	1			Embrapa
Realizar 160 eventos de pesquisa, intercâmbio e construção do conhecimento em agroecologia, produção orgânica e áreas correlatas, que contribuam para o processo de internalização do tema na Embrapa, de forma integrada com ensino, ATER e agricultores(as) familiares, povos e comunidades tradicionais.	Embrapa		Eventos realizados	40	40	40	Embrapa
Realizar 6 eventos regionais de articulação e intercâmbio em agroecologia, em parceria com Universidades e Institutos Federais, envolvendo cerca de 900 pessoas, entre técnicos(as) de Ater, servidores(as) do Inbra e famílias assentadas.	INCRA		Eventos realizados	2	2	2	100/176
Realizar 1 Seminário de Educação em Agroecologia, em parceria com a Associação Brasileira de Agroecologia.	MDA		Seminário realizado	1			AÇÃO 2100
Elaborar material educativo direcionado a trabalhadores(as) rurais, apresentando a agroecologia e a produção orgânica como alternativas sustentáveis de produção de alimentos saudáveis e como impulsionadoras da promoção à saúde.	MS		Material publicado		1		N/A
Realizar estudos para avaliar os impactos dos sistemas agroecológicos sobre os serviços ecossistêmicos no âmbito dos ODS e da INDC do Brasil.	MMA	ANA	Estudo	1			SEDR, ANA e Fundo Clima
Desenvolver e manter atualizada plataforma de conhecimento que contenha um banco de dados, com as ações de agroecologia e agricultura orgânica especializadas, em parceria com a Associação Brasileira de Agroecologia e a Articulação Nacional de Agroecologia.	MDA	MS, MEC, MDS, MMA, MAPA, MF, SG-PR, MCTI	Plataforma desenvolvida e atualizada		1		AÇÃO 2100

Eixo 4 – Comercialização e Consumo

Estratégias

- Realizar ações permanentes de divulgação da produção e do consumo de alimentos orgânicos e de base agroecológica com campanhas que envolvam parceiros não governamentais e governamentais dos diferentes níveis federativos.
- Promover e apoiar melhorias na infraestrutura, formas de gestão e mecanismos de financiamento e governança dos espaços de comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica, e incentivar cooperativas de consumidores e equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.
- Apoiar festas e feiras das culturas locais e eventos especializados na promoção e consumo de produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade.
- Integrar o PLANAPO às redes de economia solidária e de consumidores, priorizando circuitos curtos de comercialização.
- Aperfeiçoar e estimular as compras governamentais dos(as) produtores(as) e agricultores(as) em conversão para produção orgânica e transição agroecológica.
- Dar continuidade ao debate sobre serviços ambientais e sobre a introdução de respectivos prêmios nas aquisições do PAA e nas subvenções pagas aos produtos da sociobiodiversidade, produção orgânica e de base agroecológica.
- Fomentar a organização e cadastramento de grupos de agricultores familiares em organizações de controle social para a venda direta de produtos orgânicos.
- Integrar os sistemas de informação dos diferentes órgãos governamentais para melhorar a gestão e operacionalização das diferentes políticas públicas, em especial PAA e PNAE.
- Promover os produtos orgânicos e de base agroecológica nas ações de educação alimentar e nutricional no âmbito do PNAE.
- Instituir mecanismos que assegurem compensações aos gestores municipais que adquiram produtos orgânicos e de base agroecológica no âmbito do PNAE.
- Fortalecer as organizações comerciais do público da PNAPO, micro e pequenos empreendimentos urbanos e periurbanos nas redes de comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica.
- Efetivar as metas de participação das mulheres nas modalidades do PAA nas compras da produção orgânica e agroecológica e a priorização de públicos fornecedores no PNAE.

Objetivo 4 – Fortalecer a comercialização dos produtos orgânicos e de base agroecológica e da sociobiodiversidade nos mercados locais, regionais, nacional, internacional e nas compras públicas e ampliar o consumo dos produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade.

- Construir mecanismos para ampliação do envolvimento do público consumidor.
- Apoiar a participação dos e das jovens nos espaços de comercialização local da produção orgânica e de base agroecológica.
- Produzir e distribuir material informativo sobre o PNAE, PAA, compras de produtos da socio-biodiversidade, produção orgânica e de base agroecológica.
- Realizar capacitações por meio dos Centros Colaboradores para a execução do PNAE (Universidades Federais).

Meta 20. Promover a comercialização e o consumo de produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física			Fonte	
				2016	2017	2018		2019
Promover campanhas intersetoriais dirigidas à população em geral e a públicos específicos, para incentivar o consumo de alimentos saudáveis, com ênfase em produtos de origem orgânica e agroecológica.	MDS	MDA	Nº de campanhas	1			ACÃO 2784	
Garantir, até 2019, pelo menos 5% dos recursos aplicados anualmente pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para aquisições de alimentos orgânicos, da sociobiodiversidade e de base agroecológica.	MDS	CONAB	% de recursos aplicados na aquisição de produtos orgânicos	2%	3%	4%	5%	ACÃO 2798
Realizar eventos periódicos com gestores públicos responsáveis pelas aquisições do PNAE, visando incentivar a aquisição de alimentos de origem orgânica, agroecológica e da sociobiodiversidade nos cardápios da alimentação escolar.	FNDE	MAPA	Nº de eventos	1	1	1	1	ACÃO 2784
Monitorar a inclusão dos gêneros orgânicos e/ou agroecológicos nas aquisições do PNAE realizadas pelas entidades executoras.	FNDE		Relatórios anuais	1	1	1	1	ACÃO 2784
Produzir material informativo para incentivar a inclusão dos produtos orgânicos e/ou agroecológicos nas aquisições para a alimentação escolar.	FNDE	MAPA, MDA, INCRA	Material produzido	1			1	ACÃO 2784
Realizar campanha permanente de promoção dos produtos orgânicos, fazendo uma abordagem sobre os benefícios ambientais, sociais e nutricionais desses produtos, estimulando o seu consumo e divulgando os princípios agroecológicos.	MAPA	MMA, MS, FNDE, SGP, PR, MCTI, MDA, MDS	Campanha realizada	1	1	1	1	ACÃO 8606
Sensibilizar e estimular a ampliação da produção e consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica para consumidores, técnicos e produtores.	MAPA		Consumidor, técnico e produtor envolvidos diretamente pela campanha	10.000	20.000	30.000	40.000	ACÃO 8606
Elaborar, produzir e distribuir materiais promocionais e educativos voltados aos consumidores.	MAPA		Material produzido	1	1	1	1	ACÃO 8606
Implementar as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, em ações e estratégias de Educação Alimentar e Nutricional, intrasetorial, intersetorial e transsetorial, reforçando o consumo de alimentos regionais e as práticas produtivas sustentáveis que respeitem a biodiversidade.	MS		Recomendações implementadas		10			ACÃO 2784

Meta 20. Continuação.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física			Fonte	
				2016	2017	2018		2019
Qualificar e estruturar cooperativas e associações da agricultura familiar para acessar políticas públicas de comercialização (Programa Mais Gestão).	MDA		Organizações da AF assessoradas pelo COOPERAF/ Mais Gestão	1.000	500	500	2.000	AÇÃO 210V
Incentivar a estruturação de 40 feiras, redes e/ou centrais de comercialização locais e regionais para beneficiários do PNRA.	INCRA		Feiras, redes ou centrais estruturadas	10	10	10	10	AÇÃO 211A
Fortalecer e agilizar o reconhecimento de equivalência de regulamentos e procedimentos relacionados à garantia da qualidade orgânica, com outros países, prioritariamente com os da América Latina.	MAPA	MDA, MMA, MS	Equivalência reconhecida entre países	1	1	1	1	AÇÃO 8606
Publicar editais visando à realização de feiras culturais feministas para a comercialização de produtos/sementes agroecológicos e advindos da sociobiodiversidade.	MDA		Número de editais lançados	1	1	1	1	AÇÃO 210V
Qualificar a gestão de 2.000 organizações econômicas da agricultura familiar através do Cooperaf/Mais Gestão nas áreas de gestão, produção, agroindustrialização e acesso aos mercados, considerando sua diversidade e suas especificidades.	MDA	MDS, FNDE, CONAB	Nº de organizações atendidas	1000	500	500	500	AÇÃO 210V
Apoiar a inserção da agricultura familiar em feiras e eventos de produtos orgânicos e de base agroecológica de abrangência estadual, nacional e internacional.	MDA		Nº de agricultores(as) familiares beneficiários/as	12000	12000	12000	12000	AÇÃO 210V
Promover identidade e visibilidade aos produtos da agricultura familiar como estratégia para sua valorização (SIPAF).	MDA		Nº de concessões de uso do SIPAF	1500	4000	6000	8500	N/A
Promover a inserção de 150 produtos da agrobiodiversidade brasileira na estratégia de resgate e apoio à comercialização, via parceria com o movimento "Slow food".	MDA		Nº de produtos		150		AÇÃO 210V	
Capacitar 500 jovens rurais em eco-gastronomia, por meio de parceria com o movimento "Slow Food".	MDA		Nº de jovens capacitados		500		AÇÃO 210V	

Eixo 5 – Terra e Território

Estratégias

- Titular áreas em benefício de comunidades quilombolas.
- Fomentar o etnodesenvolvimento e a economia solidária em comunidades quilombolas.
- Aprimorar o processo de regularização dos territórios quilombolas.
- Ampliar a regularização fundiária em Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável
- Ampliar o número de Unidades de Conservação Federais dotadas de plano de manejo e com Conselhos Gestores criados.
- Garantir a destinação de novos lotes da reforma agrária para a juventude rural.
- Elaborar e revisar Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA's e implementar ações integradas em terras indígenas.
- Ampliar a participação das associações/cooperativas de povos indígenas e comunidades tradicionais em programas de apoio à gestão e comercialização como o Selo
- Quilombolas do Brasil.
- Apoiar projetos e ações de etnodesenvolvimento.

Objetivo 5 - Garantir acesso à terra e territórios como forma de promover o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária.

Meta 21. Ampliar e assegurar o acesso à terra e aos territórios, promovendo a regularização fundiária e garantindo os direitos territoriais e de acesso aos recursos naturais aos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e assentados(as) da reforma agrária.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
Titular 40 mil hectares em benefício de comunidades quilombolas.	INCRA		Áreas tituladas	10.000	10.000	10.000	10.000	AÇÃO 210Z
Fomentar o etnodesenvolvimento e a economia solidária em 300 comunidades quilombolas.	INCRA		Comunidades atendidas		300			N/A
Publicar 60 relatórios técnicos de Identificação e Delimitação.	INCRA		Relatórios publicados	15	15	15	15	AÇÃO 210Z
Aprimorar o processo de regularização dos territórios quilombolas por meio da normatização da titulação em terras públicas e privadas e da normatização do levantamento fundiário.	INCRA		Normatizações aprimoradas		1	1	1	N/A
Emitir 20 decretos de desapropriação por interesse social de territórios quilombolas.	INCRA		Kits decretos montados	5	5	5	5	N/A
Emitir 40 portarias de reconhecimento de territórios quilombolas.	INCRA		Portarias publicadas	10	10	10	10	N/A
Avaliar 46 mil hectares em imóveis inseridos em territórios quilombolas decretados.	INCRA		Hectares avaliados	11.500	11.500	11.500	11.500	AÇÃO 210Z
Assentar 120.000 famílias em projetos de assentamentos de reforma agrária, com o fim de assegurar a adoção de práticas agroecológicas, priorizando projetos ambientalmente diferenciados.	INCRA		Famílias assentadas	30.000	30.000	30.000	30.000	211b/2105
Ampliar a regularização fundiária em 2,5 milhões de hectares nas Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável	MMA-ICMBIO		Área regularizada	625 mil	625 mil	625 mil	625 mil	Compensação Ambiental e Reserva Legal
Delimitar ao menos 25 terras indígenas.	FUNAI		Terras delimitadas		25			AÇÃO 20VF
Garantir a destinação de 5% dos novos lotes da reforma agrária para a juventude rural.	INCRA		Jovens assentados	1.500	1.500	1.500	1.500	AÇÃO 211B

Meta 22. Fortalecer a gestão compartilhada dos territórios tradicionais.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
Ampliar de 155 para 185 as Unidades de Conservação Federais dotadas de plano de manejo, priorizando as UCS com famílias em situação de vulnerabilidade social.	MMA-ICMBIO	MMA	Número de Unidades de Conservação com Plano de Manejo	7	7	8	8	Compensação Ambiental
Aumentar de 265 para 283 o número de Unidades de Conservação Federais com Conselhos Gestores criados.	MMA-ICMBIO		Número de UC com Conselho	4	4	4	4	AÇÃO 20WMM
Apoiar a elaboração e revisão de 20 Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA's e a implementação de ações integradas em 40 terras indígenas.	FUNAI		PGTA's elaborados e revisados			20		AÇÃO 20W4
Publicar e implantar o Plano Integrado de implementação da PNGATI, visando a garantia da posse plena dos povos indígenas quanto aos seus territórios.	FUNAI		Plano elaborado e publicado		1			AÇÃO 2150

Meta 23. Consolidar assentamentos da reforma agrária, unidades de conservação de uso sustentável, territórios de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas como áreas prioritárias para a promoção da produção orgânica e de base agroecológica.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física				Fonte
				2016	2017	2018	2019	
Ampliar a participação das associações/cooperativas de povos indígenas e comunidades tradicionais no Programa Mais Gestão.	MDA		Número de instituições atendidas	25	25	25	25	AÇÃO 210V
Divulgar o Selo Quilombos do Brasil, junto às comunidades quilombolas e assessorar as comunidades para acesso ao selo.	MDA	SEPPIR, Fundação Palmares	Nº de ações de divulgação	10	10	10	10	N/A
Atender 40.000 famílias indígenas por ano, com projetos de envolvimento voltados à segurança alimentar e nutricional e à geração de renda.	FUNAI		Famílias atendidas	40.000	40.000	40.000	40.000	AÇÃO 2150
Divulgar o Selo Indígenas do Brasil, junto aos povos indígenas e assessorá-los no acesso ao selo, visando a qualificação da produção tradicional indígena e a ampliação do acesso aos mercados institucionais e privados.	MDA	FUNAI	Nº de ações de divulgação	10	10	10	10	N/A

Eixo 6 – Sociobiodiversidade

Estratégias

- Implementar o Sistema Nacional de Informação sobre o Extrativismo e aprimorar a coleta de dados sobre o extrativismo e os produtos da sociobiodiversidade.
- Orientar as comunidades sobre negociações relativas ao acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.
- Produzir e disseminar materiais sobre conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e manejo sustentável
- Desenvolver estudos sobre a cadeia de plantas medicinais, e buscar a inclusão de produtos fitoterápicos tradicionais no SUS.
- Ajustar as regulamentações florestais e de produtos da sociobiodiversidade consolidando o manejo florestal comunitário familiar e o manejo e uso sustentável de espécies nativas.
- Incentivar a aplicação de recursos não reembolsáveis em ações de inclusão produtiva sustentável e estruturação de empreendimentos econômicos coletivos, para povos indígenas e comunidades tradicionais extrativistas.
- Apoiar os Arranjos Produtivos Locais (APLs) da Sociobiodiversidade e projetos de produção, beneficiamento e comercialização de produtos de sistemas sustentáveis da sociobiodiversidade.
- Formar profissionais de instituições governamentais e agentes para atuação em comunidades quilombolas sobre as especificidades dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, e das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.
- Emitir Documentos de Aptidão ao PRONAF (DAP) e promover sua adequação às especificidades de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em todo país.
- Elaborar diretrizes estratégicas para o desenvolvimento de serviços de Ater específico para territórios extrativistas (RESEX, PAE e PDS).
- Investir na contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural para o manejo florestal sustentável de uso múltiplo da caatinga, do cerrado e da Amazônia, com enfoque agroecológico, nas unidades de conservação e assentamentos de famílias agroextrativistas.
- Recriar o Portal da Sociobiodiversidade como instrumento de comunicação e formação continuada dos atores da rede de serviços de apoio aos produtos da sociobiodiversidade.
- Incentivar a agroindustrialização de produtos da sociobiodiversidade na perspectiva das tecnologias sociais.

Objetivo 6 – Promover o reconhecimento da identidade socio-cultural, o fortalecimento da organização social e a garantia dos direitos de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares.

- Realizar estudos sobre alternativas de logística para a produção proveniente de territórios de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares e disseminar estas informações.
- Ampliar a presença de produtos e alimentos da sociobiodiversidade nos processos de compras institucionais - PAA, PNAE e demais modalidades.
- Consolidar as cadeias de produtos da sociobiodiversidade junto às Câmaras Técnicas de comercialização em cada Estado.
- Garantir a participação dos produtos da sociobiodiversidade em feiras e eventos de comercialização regionais, nacionais e internacionais, com a inclusão de cooperativas e associações de povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares.
- Elaborar estudo de valoração dos serviços ambientais para produtos da sociobiodiversidade, com vistas à inclusão destes custos nos preços mínimos da PGPMBio.

Meta 24. Disseminar conhecimentos e informações que demonstrem a importância da sociobiodiversidade e da valorização da identidade dos povos indígenas, povos e comunidades.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física			Fonte
				2016	2017	2018	
Implementar, qualificar e divulgar o Sistema Nacional de Informação sobre o Extrativismo.	MMA	MDA, MDS, ICMBIO, MCTI, IBGE, CONAB, MAPA, SFB, FUNAI	Interface concluída e disponibilizada		1		PCT GIZ Economia Verde
Aprimorar a metodologia de coleta de dados sobre o extrativismo e a contribuição dos produtos da sociobiodiversidade para a economia de cada região nos Censos Agropecuário e Demográfico do IBGE.	MMA	MDA, MDS E CONAB	Metodologia incorporada		1		ACÃO 20VQ
Incentivar a elaboração de Protocolos Comunitários para orientar o uso comunitário e as negociações com atores externos em caso de acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.	MMA		Protocolos Comunitários elaborados			1	GEF-ABS
Elaborar a 1ª edição da enciclopédia nacional de conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade sobre o manejo sustentável e uso tradicional de plantas medicinais, como instrumento de garantia dos direitos de povos indígenas, povos e comunidades Tradicionais e agricultores(as) familiares sobre seus conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.	MMA		Enciclopédia publicada			1	GEF-ABS

Meta 25. Fomentar o uso e a conservação da biodiversidade e a promoção do extrativismo e agroextrativismo sustentável nos biomas brasileiros, a partir dos modos de vida e de práticas de gestão territorial dos povos e comunidades tradicionais.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física			Fonte
				2016	2017	2018	
Produzir e disseminar materiais (cadernos técnicos e didáticos) de recomendações de boas práticas de manejo de 30 espécies nativas da sociobiodiversidade, com linguagem adequada aos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares.	MMA	MAPA, SFB, Embrapa, ICMBIO, MDS, CONAB, FUNAI, MDA, MCTI	Cadernos técnicos e didáticos produzidos	21	9		PCT PNUD BRA08012 e PCT GIZ Economia Verde
Desenvolver, no mínimo, um estudo de cadeia da sociobiodiversidade para inclusão de um produto fitoterápico tradicional no SUS.	MMA	MDA	Estudo desenvolvido			1	GEF-ABS
Regulamentar o Código Florestal no que se refere às temáticas relacionadas ao manejo florestal comunitário familiar, incentivando o manejo e uso sustentável de espécies nativas.	MMA (SFB)	MDA, ICMBIO, IBAMA	Regulamentação do manejo florestal comunitário e familiar			1	AÇÃO 04D4

Meta 26. Apoiar e fortalecer a organização social e produtiva de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física			Fonte
				2016	2017	2018	
Publicar nova chamada Ater Mais Gestão, garantindo a inclusão de empreendimentos da sociobiodiversidade	MDA	MMA, SFB	Organizações da sociobiodiversidade atendidas	20	20		PCT GIZ/MDA/SAF
Articular recursos não reembolsáveis (fundos e cooperação multi e bilateral) para apoio a projetos de inclusão produtiva sustentável para povos indígenas e comunidades tradicionais extrativistas.	MMA	FUNAI, MDA, SFB, ICMBio	Chamadas públicas de apoio à inclusão produtiva lançadas	4	2	2	BNDES, Fundo Clima e Amazônia, DGM/FIP, FNRB
Apoiar projetos voltados à estruturação de empreendimentos econômicos coletivos, visando às etapas de produção, beneficiamento e/ou comercialização de produtos oriundos do uso sustentável da sociobiodiversidade no bioma Amazônia, no âmbito do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica – ECOFORTE.	MDA, SG-PR	MAPA, MMA, MDS, MTE, CONAB, Embrapa, BNDES	Projetos apoiados	15			BNDES
Formar 100 profissionais de instituições governamentais sobre as especificidades das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares.	MMA	ICMBIO, MEC, FUNAI, Embrapa, CONAB	Profissionais formados		50	50	GEF-ABS

Meta 28. Aperfeiçoar a infraestrutura de beneficiamento e distribuição dos produtos da sociobiodiversidade.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física			Fonte
				2016	2017	2018	
Elaborar perfis agroindustriais, com a perspectiva das tecnologias sociais, para, no mínimo, 20 produtos da sociobiodiversidade, de forma a contemplar todos os biomas.	MDA	Embrapa	Perfis elaborados		20		PCT GIZ/ MDA/SAF
Realizar estudos, em articulação com as Câmaras Técnicas de Comercialização Estaduais, sobre alternativas para a logística de armazenamento e escoamento da produção proveniente de territórios de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares e disseminar estas informações.	MDA	CONAB	Estudos realizados	4			PCT GIZ/ MDA/SAF

Meta 29.. Ampliar a inserção dos produtos da sociobiodiversidade nos mercados institucionais e mercados diferenciados locais, regionais e internacionais.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física			Fonte
				2016	2017	2018	
Ampliar a articulação junto aos potenciais órgãos com- pradores com o fim de incluir produtos e alimentos da sociobiodiversidade nos processos de compras institu- cionais - PAA, PNAE e demais modalidades -, por meio das Câmaras Técnicas Estaduais de Comercialização.	MDA, MDS, FNDE	CONAB	Produtos adquiridos no PAA e no PNAE	150			AÇÃO 2010V
Realizar 12 oficinas de capacitação em territórios prio- ritários de povos indígenas, povos e comunidades tra- dicionais e agricultores(as) familiares para fomento ao acesso às políticas de apoio à comercialização, garan- tindo a equidade de gênero e a participação da juven- tude.	MDA	MDS, FNDE, MMA, CONAB	Oficinas realizadas	12			PCT GIZ/ MDA/SAF
Publicar portaria interministerial com as espécies e produtos da sociobiodiversidade para comercialização em compras institucionais.	MMA	MDS, CONAB	Portaria publicada	1			N/A
Consolidar Câmaras Técnicas de comercialização em cada Estado, mantendo as cadeias de produtos da so- ciobiodiversidade na pauta das reuniões dessas instân- cias.	MDA	CONAB	Câmaras instaladas e funcionando	10			PCT GIZ/ MDA/SAF
Definir proposta de territórios prioritários para estru- turação de 11 Arranjos Produtivos Locais (APLs) da Sociobiodiversidade, com foco nas seguintes cadeias: castanha, açaí, pirarucu, borracha, pequi, babaçu, pia- çava, mangaba, umbu, licuri e baru.	MMA	SFB, Embrapa, ICMBIO, MDS, CONAB, FUNAI, MDA	Territórios definidos e diagnosticados	6	5		PCT GIZ/ MMA
Garantir a participação dos produtos da sociobiodi- versidade em feiras e eventos de comercialização re- gionais, nacionais e internacionais, com a inclusão de cooperativas e associações de povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares.	MDA		Número de empreendimentos	4	4	4	AÇÃO 210V
Propor a caracterização técnica de 30 produtos da so- ciobiodiversidade para inclusão na lista da Nomencla- tura Comum do Mercosul (NCM), para exportação.	MMA	MDA, MDS, MDIC	Caracterização técnica elaborada	10	10	10	PCT GIZ/ MMA
Elaborar estudo de valoração dos serviços ambientais para produtos da sociobiodiversidade, com vistas à in- clusão destes custos nos preços mínimos da PGPMBio.	MMA	Embrapa, CONAB	Estudos realizados	4	6	6	PCT GIZ Economia Verde

Meta 30. Incentivar o consumo sustentável dos produtos da sociobiodiversidade.

Iniciativa	Instituições responsáveis	Instituições parceiras	Indicador	Meta de Execução Física			Fonte
				2016	2017	2018	
Criar o Selo da Sociobiodiversidade para extrativistas, vinculado ao SIPAF (Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar).	MMA	MDA, INCRA, ICMBIO, CONAB	Selo criado		1		N/A
Propiciar a participação de agricultores familiares beneficiários de projetos apoiados por meio da parceria entre MDA e o movimento "Slow Food", relativos à sociobiodiversidade, em feiras e eventos.	MDA	MMA	Feiras e eventos com participação dos agricultores beneficiários dos projetos	5	5	5	AÇÃO 210V



GESTÃO DO PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (2016-2019)

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

O Decreto nº 7.794, de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), estabelece dois órgãos para a gestão da Política e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo).

Compete à Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo):

- I. promover a participação da sociedade na elaboração e no acompanhamento da Pnapo e do Planapo;
- II. constituir subcomissões temáticas que reunirão setores governamentais e da sociedade, para propor e subsidiar a tomada de decisão sobre temas específicos no âmbito da Pnapo;
- III. propor as diretrizes, objetivos, instrumentos e prioridades do Planapo ao Poder Executivo federal;
- IV. acompanhar e monitorar os programas e ações integrantes do Planapo e propor alterações para aprimorar a realização dos seus objetivos; e
- V. promover o diálogo entre as instâncias governamentais e não governamentais relacionadas à agroecologia e produção orgânica, em âmbito nacional, estadual e distrital, para a implementação da Pnapo e do Planapo.

Por sua vez, a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - Ciapo é responsável por:

- I. elaborar proposta do Planapo;
- II. articular os órgãos e entidades do Poder Executivo federal para a implementação da Pnapo e do Planapo;
- III. interagir e pactuar com instâncias, órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais sobre os mecanismos de gestão e de implementação do Planapo; e
- IV. apresentar relatórios e informações à Cnapo para o acompanhamento e monitoramento do Planapo.

GESTÃO DO PLANAPO 2013-2015

Nos três anos de gestão do primeiro Plano, a Ciapo realizou diversas reuniões e atividades, no esforço de articular os órgãos do governo federal em torno do alcance das metas previstas no Planapo.

Outro ponto a se destacar na gestão do primeiro ciclo do Planapo foi a participação intensa e regular dos movimentos sociais no âmbito da Cnapo. Esta presença constante foi determinante para o enraizamento institucional e para avanços nos processos de negociação e disputas políticas, em um ambiente de pluralidade. Deve-se também ressaltar a resposta do governo federal, por meio da disponibilização de recursos que permitiram o funcionamento do colegiado.

PROPOSTA DE MONITORAMENTO DO PLANAPO 2016-2019

Conforme destacado anteriormente, a elaboração do Planapo 2016-2019 ocorreu de maneira sincronizada e coerente com a elaboração do Plano Plurianual - PPA do governo federal para o mesmo período. A par deste processo, cabe ressaltar que as diretrizes e prioridades para agroecologia e produção orgânica nos próximos quatro anos foram debatidas e determinadas pela Ciapo em conjunto com a Cnapo.

As formas de acompanhamento estabelecidas no primeiro ciclo de planejamento do Planapo serão mantidas e envolvem:

- I. Grupo de Trabalho na Cnapo, composto por representações do governo e da sociedade civil, que atuará na definição de mecanismos, instrumentos e metodologias de monitoramento e avaliação do Plano;
- II. Acompanhamento dos programas, projetos e ações do Planapo, realizado por meio de relatórios de execução física e financeira, a serem gerados a partir do encaminhamento semestral pelos Ministérios integrantes da CIAPO à Secretaria-Executiva da Ciapo, tendo como referência os indicadores estabelecidos na elaboração do Plano, e, quando possível, apresentando informações sobre resultados qualitativos e quantitativos alcançados;
- III. Apresentação, ao final de cada ano orçamentário, da Ciapo à Cnapo, de relatório de balanço da execução física e financeira, com base nos indicadores estabelecidos a partir das metas e iniciativas do Planapo, com as justificativas correspondentes às situações nas quais o desempenho não esteja adequado ao que foi programado;
- IV. Acompanhamento, monitoramento e avaliação pela Cnapo da evolução da execução dos programas e ações do Plano e contribuições ao aperfeiçoamento de seus instrumentos, com a proposição de realização de estudos prévios, caso necessário;
- V. Criação, pela Cnapo e pela Ciapo, de mecanismos de interação com conselhos, comissões e outras instâncias nacionais, estaduais e municipais, que tenham atuação sobre temas que

dialoguem com o Planapo e que se mostrem significativos na execução do Plano. Buscar-se-á uma dinâmica na qual, nas conferências e reuniões regulares desses espaços, seja realizado intercâmbio de informações relativas à agroecologia e produção orgânica.

Cabe registrar que, se por um lado o monitoramento das ações do Planapo 2013-2015 foi facilitado, em parte, pelo elevado detalhamento das iniciativas, a complexa interdisciplinaridade da agroecologia e produção orgânica e a reduzida base de dados existente limitou a possibilidade de identificação de impactos e resultados e definição de indicadores mais agregados para o próximo ciclo do Plano, que permitissem uma gestão focada em resultados. Esse fato deve ser levado em consideração do ponto de vista da definição de procedimentos futuros para monitoramento e avaliação.

Considera-se que, mesmo diante desses desafios, é preciso considerar a experiência de acompanhamento desenvolvida no ciclo de planejamento anterior e realizar um novo esforço, ao longo da execução do próximo ciclo, para a criação de um sistema e de uma estrutura de monitoramento e avaliação mais adequada, que também permita o acompanhamento de seus efeitos e impactos, evoluindo-se para uma estratégia de gestão por resultados.

MONITORAMENTO EM ESCALA TERRITORIAL

A proposta de monitoramento territorial surgiu da verificação da necessidade do Planapo 2016-2019 “aterrisar” nos territórios, com a finalidade de se monitorar, de fato, o alcance do Plano na ponta, integrando-se além disso os diversos órgãos que implementam o Plano, cada um destes com sua própria metodologia de levantamento de informações. Além disso, a proposta surge da verificação de que frequentemente não há intercâmbio robusto de informações entre os órgãos implementadores, nem efetiva coordenação de ações.

Neste sentido, encontra-se em processo de construção uma proposta de monitoramento em escala territorial. Resgatou-se as ações desenvolvidas com o Programa Territórios da Cidadania (PTC) e propôs-se a atuação dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER), como instâncias focais de implementação do Plano. Como forma de difundir e aprofundar a discussão sobre a rota tecnológica nos territórios, entende-se, a princípio, que as discussões podem centrar-se nos CODETER, especialmente, no âmbito das Câmaras Técnicas de Inclusão Produtiva, que podem também atuar na identificação dos territórios em que existem empreendimentos agroecológicos, bem como, no levantamento de informações acerca de empreendimentos que estão organizados em torno de redes agroecológicas locais.

O fortalecimento da agroecologia no nível territorial tem efeitos transversais, ou, em outras palavras, intersetoriais, pois a opção por esta rota tecnológica tem reflexos nos âmbitos econômico, ambiental e sociocultural. No âmbito econômico, por um lado, viabiliza a inclusão produtiva nos mercados agroalimentares locais pelo fato de ter tecnologias apropriáveis pelos agricultores familiares; por outro, viabiliza a obtenção de um excedente na renda dos agricultores que optem por esta rota tecnológica, pois seus produtos quando certificados alcançam até 30% a mais do valor de mercado dos produtos tradicionais. No âmbito ambiental, estas tecnologias produzem menos impactos ao meio ambiente. Uma das razões está no simples fato de não utilizarem nos

processos produtivos insumos externos – leiam-se fertilizantes químicos e agrotóxicos – principais responsáveis pelos processos de contaminação ambiental. Outrossim, pelo fato de utilizar sistemas produtivos diversos, contribuem à conservação da biodiversidade e agrobiodiversidade, mas também dão espaço a uma oferta mais diversificada de alimentos, e conseqüentemente, mais equilibrada desde o ponto de vista nutricional.

No âmbito sociocultural, a agroecologia contribui para a segurança alimentar e nutricional, mas também, para a soberania alimentar, e o mais importante, para o direito à alimentação no nível local. É importante salientar a questão da soberania alimentar, pois é a partir deste conceito que atendemos a sistemas agroalimentares com identidade cultural. Quanto à segurança alimentar, é sabido que a agricultura familiar é responsável pelo que chamamos de cestas familiares ocultas, isto é, que alimentam a mais de uma família com sua produção, dados estes que não aparecem nas estatísticas. Assim, na medida em que se propicia a inclusão produtiva de agricultores(as) familiares que se viam excluídos do sistema agroalimentar, propicia-se a segurança alimentar e nutricional, bem como o direito à alimentação, no nível local. Ainda, em decorrência de propiciar sistemas alimentares mais saudáveis em decorrência de não apresentarem contaminação por agrotóxicos, portanto, a opção por esta rota tecnológica tem reflexos diretos na saúde pública.

Ademais, tanto as práticas agroecológicas, como os processos de desenvolvimento territorial estão profundamente enraizados nos contextos ecológicos, econômicos, sociais e culturais nos que se desenvolvem. Em outras palavras, tanto os processos agroecológicos como os de desenvolvimento territorial têm seu sustento em territórios vistos estes como o resultado de um constructo social a partir do dinamismo que lhe imprimem os indivíduos que neles vivem.

Durante a implementação do Planapo 2016-2019, estas e outras questões precisam ser aprofundadas, de forma a resultarem no desenho e na implementação de um modelo de gestão territorial do Plano que seja efetivo na análise dos resultados alcançados por meio da política e que agregue, em seu funcionamento, as instâncias governamentais representadas na Ciapo, em nível local e nacional, e as representações da sociedade civil presentes na Cnapo.

ANEXO 1

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 3 DE MAIO DE 2016 INSTITUI O PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (PLANAPO) PARA O PERÍODO 2016-2019 (DOU: QUINTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2016)

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso da atribuição que lhes conferem o art. 87, caput, inciso I e II da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º, inciso I, do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO, resolvem:

Art. 1º Fica instituído o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO para o período 2016-2019, destinado a implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, que contribuam para o desenvolvimento sustentável e possibilitem a melhoria de qualidade de vida da população, por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais.

Art. 2º São objetivos específicos do PLANAPO 2016- 2019:

I - ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica, tendo como público prioritário agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e suas organizações econômicas, micro e pequenos empreendimentos rurais, cooperativas e associações, considerando também os da agricultura urbana e periurbana;

II - promover, ampliar e consolidar processos de acesso, uso sustentável, gestão, manejo, recomposição e conservação dos recursos naturais e ecossistemas em geral;

III - ampliar a capacidade de construção e socialização de conhecimentos em Agroecologia e sistemas orgânicos de produção, por meio da valorização da cultura local e intercâmbio de conhecimentos e da internalização da perspectiva agroecológica nas instituições e ambientes de ensino, pesquisa e extensão;

IV - fortalecer a comercialização dos produtos orgânicos e de base agroecológica e da sociobiodiversidade nos mercados locais, regionais, nacional, internacional e nas compras públicas e ampliar o consumo dos produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade;

V - garantir acesso à terra e territórios como forma de promover o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

VI - promover o reconhecimento da identidade sociocultural, o fortalecimento da organização social e a garantia dos direitos de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares; e

VII - apoiar a produção, beneficiamento, armazenamento, distribuição e comercialização dos produtos da Sociobiodiversidade e ampliar sua visibilidade e consumo.

Art. 3º A consecução dos objetivos do PLANAPO dar-se-á por intermédio da execução das iniciativas e metas descritas no Anexo, de acordo com os seguintes eixos de atuação:

- I - produção;
- II - uso e conservação de recursos naturais;
- III - conhecimento;
- IV - comercialização e consumo; V - terra e território; e
- VI - sociobiodiversidade.

Art. 4º As fontes orçamentárias estão discriminadas para cada iniciativa e provêm do Plano Plurianual, da Lei Orçamentária Anual e de financiamentos extra-orçamentários.

Art. 5º São beneficiários do PLANAPO as entidades, organizações e pessoas que queiram fortalecer ou modificar suas práticas para sistemas de produção orgânicos e de base agroecológica, especialmente:

- I - os agricultores familiares, abrangidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;
- II - assentados da reforma agrária;
- III - povos indígenas; e
- IV - povos e comunidades tradicionais, incluindo a juventude rural, as mulheres e suas organizações.

Parágrafo único. São ainda beneficiários das ações do Plano os atendidos pelos programas de compras governamentais do governo federal, bem como as micro e pequenas agroindústrias, considerando também as da agricultura urbana e periurbana.

Art. 6º O PLANAPO deverá ser revisado e atualizado para o quadriênio seguinte.

Art. 7º A Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica é a responsável pela articulação junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal para implementação do PLANAPO, conforme previsto no inciso II, do art. 9º do Decreto nº 7.794, de 2012.

Art. 8º A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é responsável por assegurar a participação e o controle social na elaboração, acompanhamento, monitoramento e revisão das ações do PLANAPO, conforme previsto no art. 7º do Decreto nº 7.794, de 2012.

Art. 9º A gestão do PLANAPO deve promover o alcance dos objetivos, metas e iniciativas, por meio de:

- I - mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;
- II - critérios de regionalização das políticas públicas;
- III - mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do Plano; e
- IV - instrumentos de cooperação federativa. Parágrafo único. Caberá à CIAPO a definição das orientações técnicas complementares para a gestão do PLANAPO 2016- 2019.

Art. 10 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República

PATRUS ANANIAS DE SOUSA

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

ANEXO 2

DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012, QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (PNAPO) (DOU 4 Nº 162, TERÇA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 2012)

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 50 da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e no art. 11 da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

Parágrafo único. A PNAPO será implementada pela União em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios, organizações da sociedade civil e outras entidades privadas.

Art. 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I - produtos da sociobiodiversidade - bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, destinados à formação de cadeias produtivas de interesse dos beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, para gerar renda e melhorar sua qualidade de vida e de seu ambiente;

II - sistema orgânico de produção - aquele estabelecido pelo art. 1º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, e outros que atendam aos princípios nela estabelecidos;

III - produção de base agroecológica - aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação; e

IV - transição agroecológica - processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica.

Art. 3º São diretrizes da PNAPO:

I - promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde;

II - promoção do uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar de proprietários e trabalhadores;

III - conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recur-

soos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção;

IV - promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006;

V - valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas;

VI - ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; e

VII - contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres.

Art. 4º São instrumentos da PNAPO, sem prejuízo de outros a serem constituídos:

I - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO;

II - crédito rural e demais mecanismos de financiamento;

III - seguro agrícola e de renda;

IV - preços agrícolas e extrativistas, incluídos mecanismos de regulação e compensação de preços nas aquisições ou subvenções;

V - compras governamentais;

VI - medidas fiscais e tributárias;

VII - pesquisa e inovação científica e tecnológica;

VIII - assistência técnica e extensão rural;

IX - formação profissional e educação;

X - mecanismos de controle da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica; e

XI - sistemas de monitoramento e avaliação da produção orgânica e de base agroecológica.

Art. 5º O PLANAPO terá como conteúdo, no mínimo, os seguintes elementos:

I - diagnóstico;

II - estratégias e objetivos;

III - programas, projetos, ações;

IV - indicadores, metas e prazos; e

V - modelo de gestão do Plano.

Parágrafo único. O PLANAPO será implementado por meio das dotações consignadas nos orçamentos dos órgãos e entidades que dele participem com programas e ações.

Art. 6º São instâncias de gestão da PNAPO:

I - a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO; e

II - a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - CIAPO.

Art. 7º Compete à CNAPO:

I - promover a participação da sociedade na elaboração e no acompanhamento da PNAPO e do PLANAPO;

II - constituir subcomissões temáticas que reunirão setores governamentais e da sociedade, para propor e subsidiar a tomada de decisão sobre temas específicos no âmbito da PNAPO;

III - propor as diretrizes, objetivos, instrumentos e prioridades do PLANAPO ao Poder Executivo federal;

IV - acompanhar e monitorar os programas e ações integrantes do PLANAPO, e propor alterações para aprimorar a realização dos seus objetivos; e

V - promover o diálogo entre as instâncias governamentais e não governamentais relacionadas à agroecologia e produção orgânica, em âmbito nacional, estadual e distrital, para a implementação da PNAPO e do PLANAPO.

Art. 8º A CNAPO terá a seguinte composição paritária:

I - quatorze representantes dos seguintes órgãos e entidades do Poder Executivo federal:

a) um da Secretaria-Geral da Presidência da República;

b) três do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo um da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e um da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;

c) dois do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo um do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

d) dois do Ministério da Saúde, sendo um da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

e) dois do Ministério da Educação, sendo um do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

f) um do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação;

g) um do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

h) um do Ministério do Meio Ambiente; e

i) um do Ministério da Pesca e Aquicultura; e

II - quatorze representantes de entidades da sociedade civil.

§ 1º Cada membro titular da CNAPO terá um suplente.

§ 2º Os representantes do governo federal na CNAPO serão indicados pelos titulares dos órgãos previstos no inciso I do caput e designados em ato do Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República.

§ 3º Ato conjunto dos Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Secretaria Geral da Presidência da República disporá sobre o funcionamento da CNAPO, sobre os critérios para definição dos representantes das entidades da sociedade civil e sobre a forma de sua designação.

§ 4º O mandato dos membros representantes de entidades da sociedade civil na CNAPO terá duração de dois anos.

§ 5º A Secretaria-Geral da Presidência da República exercerá a função de Secretaria-Executiva da CNAPO e providenciará suporte técnico e administrativo ao seu funcionamento.

§ 6º Poderão participar das reuniões da CNAPO, a convite de sua Secretaria-Executiva, especialistas e representantes de órgãos e entidades públicas ou privadas que exerçam atividades relacionadas à agroecologia e produção orgânica.

Art. 9º Compete à CIAPO:

I - elaborar proposta do PLANAPO, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação deste Decreto;

II - articular os órgãos e entidades do Poder Executivo federal para a implementação da PNAPO e do PLANAPO;

III - interagir e pactuar com instâncias, órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais sobre os mecanismos de gestão e de implementação do PLANAPO; e

IV - apresentar relatórios e informações ao CNAPO para o acompanhamento e monitoramento do PLANAPO.

Art.10º A CIAPO será composta por representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos:

I - Ministério do Desenvolvimento Agrário, que a coordenará;

II - Secretaria-Geral da Presidência da República;

III - Ministério da Fazenda;

IV - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

V - Ministério do Meio Ambiente;

VI - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

VII - Ministério da Educação;

VIII - Ministério da Saúde;

IX - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e

X - Ministério da Pesca e Aquicultura.

§ 1º Os membros da CIAPO serão indicados pelos titulares dos órgãos e designados em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

§ 2º Poderão participar das reuniões da CIAPO, a convite de sua coordenação, especialistas e representantes de órgãos e entidades públicas ou privadas que exercem atividades relacionadas à agroecologia e produção orgânica.

§ 3º O Ministério do Desenvolvimento Agrário exercerá a função de Secretaria-Executiva da CIAPO e providenciará suporte técnico e administrativo ao seu funcionamento.

Art. 11º A participação nas instâncias de gestão da PNAPO será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 12º O Regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM, aprovado pelo Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

.....

§ 2º Ficam dispensados de inscrição no RENSEM aqueles que atendam aos requisitos de que tratam o caput e o § 2º do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e multipliquem sementes ou mudas para distribuição, troca e comercialização entre si, ainda que situados em diferentes unidades da federação.

§ 3º A dispensa de que trata o § 2º ocorrerá também quando a distribuição, troca, comercialização e multiplicação de sementes ou mudas for efetuada por associações e cooperativas de agricultores familiares, conforme definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde que sua produção seja proveniente exclusivamente do público beneficiário de que trata a Lei nº 11.326, de 2006, e seus regulamentos.

.....”. (NR)

Art. 13º O Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 330 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento organizará, junto à Coordenação de Agroecologia, a Subcomissão Temática de Produção Orgânica - STPOrg da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO e, junto a cada Superintendência Federal de Agricultura, Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação - CPOrg-UF, para

auxiliar nas ações necessárias ao desenvolvimento da produção orgânica, com base na integração entre os agentes da rede de produção orgânica do setor público e do privado, e na participação da sociedade no planejamento e gestão democrática das políticas públicas.

§ 1º As Comissões serão compostas de forma paritária por membros do setor público e da sociedade civil de reconhecida atuação no âmbito da produção orgânica.

§ 2º O número mínimo e máximo de participantes que comporão as Comissões observará as diferentes realidades existentes nas unidades federativas.

§ 3º A composição da STPOrg garantirá a presença de, no mínimo, um representante do setor privado de cada região geográfica.

§ 4º Os membros do setor público nas CPOrg-UF representarão, sempre que possível, diferentes segmentos, como assistência técnica, pesquisa, ensino, fomento e fiscalização.

§ 5º Os membros do setor privado nas CPOrg-UF representarão, sempre que possível, diferentes segmentos, como produção, processamento, comercialização, assistência técnica, avaliação da conformidade, ensino, produção de insumos, mobilização social e defesa do consumidor.” (NR)

“Art. 34.

.....

VI - orientar e sugerir atividades a serem desenvolvidas pelas CPOrg-UF; e

VII - subsidiar a CNAPO e a Câmara Intergovernamental de Agroecologia e Produção Orgânica - CIAPO na formulação e gestão da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO.»(NR)

“Art. 35.

.....

VII - emitir parecer sobre pedidos de credenciamento de organismos de avaliação da conformidade orgânica; e

VIII - subsidiar a CNAPO e a CIAPO na formulação e gestão da PNAPO e do PLANAPO.” (NR)

Art. 14º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF

Mendes Ribeiro Filho

Tereza Campello

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Gilberto José Spier Vargas

Gilberto Carvalho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 21.8.2012 e retificado em 22.8.2012

Ministério da
**Agricultura, Pecuária
e Abastecimento**

